



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

**Presidente:** Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)  
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)  
[Artur Jorge da Silva Machado](#)

## SUMÁRIO

A Sr.<sup>a</sup> Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 36/XII (1.<sup>a</sup>).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Sr. Primeiro-Ministro (Pedro Passos Coelho), sobre as conclusões da Cimeira e os desafios europeus.

Após o Sr. Primeiro-Ministro ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados [António José Seguro](#) (PS), [Jerónimo](#)

[de Sousa](#) (PCP), [Francisco Louçã](#) (BE), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP) e [Luís Montenegro](#) (PSD).

Foi lido e aprovado o voto n.º 30/XII (1.<sup>a</sup>) — De pesar pelo falecimento de Luiz Francisco Rebello (PCP), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado o voto n.º 31/XII (1.<sup>a</sup>) — De saudação pela passagem do 35.º aniversário das primeiras eleições autárquicas (PCP) e aprovado o voto n.º 32/XII (1.<sup>a</sup>) — De saudação pelo 35.º aniversário das eleições autárquicas de 1976 (PS). Na circunstância, pronunciaram-se os Srs.

Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Mota Andrade](#) (PS), [João Semedo](#) (BE), [Carlos Abreu Amorim](#) (PSD), [Altino Bessa](#) (CDS-PP) e [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes).

Foi aprovado um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado [Luís Menezes](#) (PSD), solicitando a diminuição do prazo de reclamação, de três dias para um dia, da lei de Orçamento do Estado para 2012.

A requerimento do PCP, o projecto de lei n.º 94/XII (1.ª) — Regula o direito de associação na Guarda Nacional Republicana (PCP) baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação na generalidade.

Na generalidade, foram rejeitados os projectos de lei n.ºs 84/XII (1.ª) — Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo (BE), 91/XII (1.ª) — Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro) (BE), 77/XII (1.ª) — Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas (PCP) e 83/XII (1.ª) — Concurso de ingresso e mobilidade de professores (PCP), bem como o n.º 2 do projecto de resolução n.º 139/XII (1.ª) — Recomenda ao governo que promova a estabilidade e a qualificação do corpo docente nas escolas (PS), cujos n.ºs 1 e 3 foram aprovados.

Foram rejeitados, na generalidade, os projectos de lei n.ºs 81/XII (1.ª) — Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, alterado pela Lei n.º 19/2010, de 23 de Agosto, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em co-geração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro (PS) e 107/XII (1.ª) — Cria a obrigação de autoconsumo da energia produzida pelo co-gerador, podendo apenas ser vendida à rede a energia excedente não consumida (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março) (BE).

Foi aprovada, na generalidade, a proposta de lei n.º 34/XII (1.ª) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

Foi aprovado, na generalidade, o projecto de lei n.º 104/XII (1.ª) — Revoga o Código Florestal (PSD e CDS-PP).

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o projecto de lei n.º 109/XII (1.ª) — Procede à oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, tendo igualmente sido aprovado um requerimento do PSD, pedindo a dispensa de redacção final e a diminuição do prazo de reclamação de três para um dia.

Foi aprovado o projecto de resolução n.º 130/XII (1.ª) — Quarta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de Agosto (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos Deputados) (PSD, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

Foi rejeitado o projecto de resolução n.º 136/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que estabeleça um novo prazo de candidatura às bolsas de acção social escolar no ensino superior (BE).

Foi aprovado o projecto de resolução n.º 74/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de diligências diplomáticas tendentes à consagração do Dia Mundial em Memória das Vítimas do Terrorismo (CDS-PP).

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à proposta de lei n.º 23/XII (1.ª) — Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo ao projecto de lei n.º 23/XII (1.ª) — Altera o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude (PSD, PS e CDS-PP).

Foram ainda aprovados três pareceres da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, autorizando dois Deputados do PS e um Deputado do CDS-PP a deporem no âmbito de processos que correm em tribunal.

A Sr.ª Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 47 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 5 minutos.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD)

Adriano Rafael de Sousa Moreira  
Adão José Fonseca Silva  
Afonso Gonçalves da Silva Oliveira  
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria  
Ana Sofia Fernandes Bettencourt  
Andreia Carina Machado da Silva Neto  
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto  
António Costa Rodrigues  
António Egrejas Leitão Amaro  
António Fernando Couto dos Santos  
António Manuel Pimenta Prôa  
António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
Arménio dos Santos  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Bruno Manuel Pereira Coimbra  
Carina João Reis Oliveira  
Carla Maria de Pinho Rodrigues  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos António Páscoa Gonçalves  
Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim  
Carlos Henrique da Costa Neves  
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes  
Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva  
Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar  
Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte  
Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro  
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira  
Elsa Maria Simas Cordeiro  
Emídio Guerreiro  
Emília de Fátima Moreira dos Santos  
Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis  
Fernando Ribeiro Marques  
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Hugo Alexandre Lopes Soares  
Hugo José Teixeira Velosa  
Hélder António Guerra de Sousa Silva  
Joana Catarina Barata Reis Lopes  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Paulo da Silva Oliveira

---

José Manuel Marques de Matos Rosa  
José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro  
José Manuel de Matos Correia  
José Mendes Bota  
João Carlos Figueiredo Antunes  
João Manuel Lobo de Araújo  
Laura Maria Santos de Sousa Esperança  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes  
Luís Manuel Moraes Leite Ramos  
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Lídia Maria Bulcão Rosa da Silveira Dutra  
Manuel Augusto Meirinho Martins  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Margarida Rosa Silva de Almeida  
Maria Clara Gonçalves Marques Mendes  
Maria Ester Vargas de Almeida e Silva  
Maria Francisca Fernandes Almeida  
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha  
Maria José Quintela Ferreira Castelo Branco  
Maria José Vieira Teodoro Moreno  
Maria João Machado de Ávila  
Maria Manuela Pereira Tender  
Maria Paula da Graça Cardoso  
Maria da Assunção Andrade Esteves  
Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto  
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira  
Maria da Conceição Vaz Barroso Carloto Caldeira  
Maria da Graça Gonçalves da Mota  
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares  
Maurício Teixeira Marques  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Mário José Magalhães Ferreira  
Mário Nelson da Silva Vaz Simões  
Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro  
Nilza Marília Mouzinho de Sena  
Nuno Filipe Miragaia Matias  
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação  
Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra  
Odete Maria Loureiro da Silva  
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto  
Paulo César Lima Cavaleiro  
Paulo César Rios de Oliveira  
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
Paulo Jorge Simões Ribeiro  
Paulo Miguel da Silva Santos  
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Pedro Augusto Lynce de Faria  
Pedro Filipe dos Santos Alves  
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva

Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos  
Ricardo Augustus Guerreiro Baptista Leite  
Rosa Maria Pereira Araújo Arezes  
Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo  
Teresa de Andrade Leal Coelho  
Teresa de Jesus Costa Santos  
Ulisses Manuel Brandão Pereira  
Valter António Gaspar de Bernardino Ribeiro  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra

Partido Socialista (PS)

Acácio Santos da Fonseca Pinto  
Alberto Bernardes Costa  
Alberto de Sousa Martins  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Paula Mendes Vitorino  
António Fernandes da Silva Braga  
António José Martins Seguro  
António Manuel Soares Serrano  
António Ramos Preto  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão  
Carlos Manuel Pimentel Enes  
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Elza Maria Henriques Deus Pais  
Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Medina Maciel Almeida Correia  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Glória Maria da Silva Araújo  
Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz  
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida  
Isabel de Lima Mayer Alves Moreira  
Jacinto Serrão de Freitas  
Jorge Lacão Costa  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José António Fonseca Vieira da Silva  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
João Barroso Soares  
João Paulo Feteira Pedrosa  
João Saldanha de Azevedo Galamba  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Laurentino José Monteiro Castro Dias

Luís António Pita Ameixa  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel José de Faria Seabra Monteiro  
Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas  
Maria Helena dos Santos André  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Isabel Solnado Porto Oneto  
Maria Odete da Conceição João  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Mário Manuel Teixeira Guedes Ruivo  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Nuno André Neves Figueiredo  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Paulo Jorge Oliveira de Ribeiro Campos  
Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves  
Pedro Manuel Dias de Jesus Marques  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos  
Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Popular (CDS-PP)

Abel Lima Baptista  
Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes  
Altino Bernardo Lemos Bessa  
Artur José Gomes Rêgo  
Inês Dória Nóbrega Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro  
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto  
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro  
José Hélder do Amaral  
José Lino Fonseca Ramos  
José Manuel de Sousa Rodrigues  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Manuel de Serpa Oliva  
João Paulo Barros Viegas  
João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira  
João Rodrigo Pinho de Almeida  
Manuel Fialho Isaac  
Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Neto

Michael Lothar Mendes Seufert  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro  
Teresa Maria de Moura Anjinho Tomás Ruivo  
Vera Lúcia Alves Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Bruno Ramos Dias  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Augusto Espadeiro Ramos  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Miguel Tiago Crispim Rosado  
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa  
Paulo Miguel de Barros Pacheco Seara de Sá  
Rita Rato Araújo Fonseca

Bloco de Esquerda (BE)

Ana Isabel Drago Lobato  
Catarina Soares Martins  
Francisco Anacleto Louçã  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Maria Cecília Vicente Duarte Honório  
Mariana Rosa Aiveca  
Pedro Filipe Gomes Soares

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
José Luís Teixeira Ferreira

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de iniciar a ordem do dia, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitida pela Sr.<sup>a</sup> Presidente, a proposta de lei n.º 36/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece o aumento excepcional e temporário dos períodos normais de trabalho, que baixa à 10.<sup>a</sup> Comissão.

Em matéria de expediente é tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa ordem do dia de hoje com o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro sobre as conclusões da Cimeira e os desafios europeus.

Para dar início ao debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É indiscutível que a União Europeia se defronta hoje com um desafio sem precedentes. Esse desafio interpela-nos a todos enquanto cidadãos europeus, mas evidentemente interpela, desde logo, os governos e parlamentos nacionais, as instituições europeias e, no limite, todos aqueles que olham para a Europa como um projecto político de futuro e de coesão social.

Deixem-me dizer-vos que esta crise não respeita apenas à Europa: ela tem mostrado em toda a economia global um problema de confiança dos mercados financeiros, que não está, portanto, confinada à situação económica e financeira na zona euro, à moeda única ou até aos desafios por que atravessa a crise da dívida soberana nos países europeus.

A crise tem vindo, desde 2008, a pôr em evidência os profundos desequilíbrios macroeconómicos, as enormes disparidades de desenvolvimento económico e social entre os diversos países e a profundidade da interdependência económica. Esta crise é, antes de mais, uma crise de confiança — isto tem sido dito e quero aqui sublinhá-lo, também; uma crise de confiança na capacidade do projecto europeu, na nossa capacidade para honrar as decisões tomadas e os compromissos assumidos!

E este projecto europeu que tem sido construído, de forma mais reforçada, nas últimas cinco décadas, vê-se agora a braços com uma dificuldade superior para responder, credível e atempadamente, à primeira crise sistémica da era global.

Mas esta crise expôs de forma muito particular e aguda as fragilidades e insuficiências da construção europeia, no que ela significa de fragilidades e insuficiências da União Económica e Monetária, mas evidentemente expõe, também, a fragilidade e a incompletude dos próprios Tratados de Maastricht e de Lisboa, que carecerem de novos e urgentes aprofundamentos.

A resposta a esta crise deve, pois, residir no aprofundamento do projecto europeu. Este projecto assenta e continuará a assentar nos mais desenvolvidos princípios, direitos e valores fundamentais, na mais avançada economia social de mercado.

A Europa foi, é e continuará a ser um projecto político, económico e social em permanente construção.

E a verdade é que ao longo destes 50 anos nunca se verificou um retrocesso significativo ou sequer uma paragem.

Se há lições a reter é a de que a Europa sempre saiu mais fortalecida, unida e integrada pelas diversas crises por que passou.

Não há hoje razões para pensar de outro modo.

A Europa — estou convencido — vai conseguir responder a esta crise com mais Europa e não com menos Europa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portugal esteve sempre na linha da frente do projecto europeu, desde o primeiro momento em que fez o seu pedido de adesão é verdade é que para nós — e quando falo para nós falo para Portugal — a questão europeia não é uma moda, nem sequer uma necessidade; é uma vocação e um desígnio nacional!

Não escondo que teria preferido regressar do Conselho em Bruxelas com uma resposta mais robusta, mas sejamos realistas: a Europa é constituída por 27 Estados, por 27 democracias, que interagem, de forma institucional e regrada, seguindo uma lógica do consenso possível em torno do melhor bem comum.

Os resultados da última Cimeira apontam precisamente neste sentido: do consenso possível em torno do aprofundamento da convergência económica, da edificação do pilar económico da União Monetária, de um governo económico.

Existe um consenso claro quanto à necessidade de articular medidas estruturais com medidas conjunturais, com medidas que respondem à conjuntura, reformas de médio e longo prazos com iniciativas e instrumentos de mais curto prazo.

Não há dúvida de que emergiu, também, uma visão comum de que a estabilidade requer mais disciplina e convergência orçamental e económica para se obter um crescimento mais solidário e competitivo.



Alcançamos, em redor destes consensos, o acordo possível, e nesse sentido é um acordo que respeita à expectativa que se poderia ter formulado, tal como Schengen ou a própria moeda única representaram o consenso possível, o melhor acordo possível, mas nem por isso o projecto europeu deixou de se fortalecer.

Não escondo naturalmente que teria preferível um acordo a 27, mas na Europa do consenso possível e inclusivo, devemos agora trabalhar para um acordo tão abrangente quanto possível, desejavelmente a 26, se não for possível, ainda, a 27, mas que envolva as instituições, no pleno respeito do Direito Europeu.

Vamos construir, portanto, em cima do método comunitário e não ao arrepio deste.

Não basta termos a mesma moeda; precisamos de uma estreita coordenação económica, de uma estreita vigilância orçamental, de uma união orçamental de estabilidade; devemos agir com celeridade, mas de forma segura.

Na Europa, destes pequenos passos de integração, destaco alguns dos elementos que foram, entretanto, alcançados no consenso resultante do Conselho Europeu passado.

Em termos de medidas de curto prazo e que respeitam particularmente a necessidade de estabilização financeira, não posso deixar de destacar a antecipação da entrada em vigor do mecanismo europeu de estabilidade, que ainda a semana passada foi discutido neste Parlamento. O objectivo agora é o de que até ao final do semestre deste ano, o mecanismo europeu de estabilidade possa entrar em vigor, dando um poder de fôlego, de protecção relativamente à crise sistémica na Europa, um conjunto de recursos superiores àqueles de que hoje dispomos e que serão, pelo menos até Março, de cerca de 500 000 milhões de euros e que, esperamos, possam, ainda, vir a ser corrigidos no sentido de poder haver consenso para juntar o remanescente do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira actual a estes 500 000 milhões de euros que estariam associados ao novo mecanismo.

Saliento, ainda, o compromisso, unilateralmente assumido por todos os membros da zona euro, mas também pelos países fora da zona euro, de reforçar até 200 000 milhões de euros os recursos do Fundo Monetário Internacional destinados à estabilização financeira da zona euro. É um «poder de fogo» ou de protecção suplementar que não pode ser ignorado.

Foi possível também mitigar o envolvimento do sector privado, em tudo o que tem a ver com a análise da sustentabilidade da dívida, pressupondo aqui que as melhores práticas internacionais poderão ser adoptadas, seguindo a metodologia do FMI para cálculo da sustentabilidade da dívida de um Estado soberano.

Foi possível, assim, passar uma forte mensagem de que a solução que encontrámos para o caso grego é verdadeiramente única e excepcional, reforçando-se o factor confiança por parte dos investidores.

Permitam-me, ainda, que saliente as decisões tomadas pelo Banco Central Europeu: dentro da sua independência, o BCE mostrou que tem consciência plena do seu papel na estabilização financeira que é necessário alcançar ao nível da zona euro, mas também da União Europeia. As decisões foram anunciadas no próprio dia que antecedeu o Conselho Europeu, mostrando aquilo a que se pode chamar um *quantitative easing* absolutamente inédito, anunciado historicamente pelo BCE, representa, sem dúvida, uma medida sem precedentes e de grande alcance que julgo que não foi ainda devidamente considerada nem assimilada.

Do ponto de vista de Portugal, então — e penso que teremos tempo de o dizer e aprofundar no debate —, estas decisões são da máxima importância, mas, claro, não posso deixar de destacar no médio e no longo prazos as reformas estruturais que foram alcançadas.

O reforço do carácter vinculativo, através da inscrição no Direito primário, dos compromissos que os países da União Europeia — especialmente os da zona euro — já tinham assumido no âmbito do pacote das seis iniciativas legislativas que conforma o semestre europeu e o Pacto para o Euro Mais.

Não há estabilização sem disciplina comum.

Vamos ser claros: a Europa da solidariedade e do crescimento passa pela Europa da responsabilidade e da disciplina.

E são o crescimento, a competitividade e o emprego que vão estar no centro das nossas atenções na próxima Cimeira.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Tudo tem o seu tempo, a sua ordem e o seu lugar, para que a resposta à crise seja coerente e cabal.

Não podemos continuar de cimeira em cimeira, anunciando compromissos que acabam por não ser cumpridos.

Os acordos são para ser cumpridos e respeitados! Tal como as dívidas são para se pagar, os acordos são para se cumprir!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não se trata aqui de meias medidas, com maior ou menor solidariedade; trata-se de credibilizar as decisões já tomadas a nível político europeu, através da sua inscrição em regras de primeira ordem.

O objectivo do equilíbrio orçamental é hoje matéria de consenso alargado, quer na Europa quer noutras partes do mundo.

É também um objectivo do nosso Governo!

Devo, aliás, acrescentar, quanto ao objectivo de um défice estrutural não superior a 0,5%, que Portugal está, de acordo com o FMI, na *pole position*, apenas com a Alemanha e a Finlândia à sua frente.

A inscrição de uma «regra de ouro» a nível do Tratado e do Direito primário nacional corresponde ao reforço da credibilização dos compromissos assumidos nos Pactos de Estabilidade e Crescimento, comprometendo grandes e pequenos países.

Esta é a mensagem forte e clara para dentro e fora da Europa.

A Europa faz-se também de lições aprendidas.

É preciso estancar e reverter a tendência para o endividamento excessivo dos Estados, são 12 os países do euro com rácios de dívidas acima dos 60%.

Este é um esforço que não compromete apenas Portugal; deve ser um esforço coordenado, colectivo!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Termino já, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, finalizo dizendo que as negociações para um acordo alargado para uma nova união orçamental de estabilidade, com um orçamento com um enquadramento institucional e em conformidade com o Direito europeu, terão início a muito breve trecho.

Durante as consultas prévias, o Governo prestou particular atenção a matérias de especial sensibilidade, conforme o debate mostrará.

Vamos, pois, partir para negociações complexas e difíceis, mas em posições claras para se chegar a um bom consenso europeu.

Em negociações desta natureza, não favoreço uma «diplomacia de megafone», pois um decisor político não se deve comportar como um comentador!...

Como tenho afirmado, a Europa não precisa de cacofonia; a seu tempo precisamos de ver as decisões a que chegámos passarem do papel para os actos, e elas exigem medidas coerentes, credíveis e robustas.

E que não restem dúvidas: o sucesso da recuperação económica de Portugal passa pelo sucesso da resposta sistémica europeia à crise, mas evidentemente passa também pelo esforço nacional que todos nos comprometemos a realizar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe e reafirmar aqui que para o Partido Socialista a Europa é a nossa principal comunidade de destino.

O Partido Socialista sempre foi, é e será o partido da Europa, e parte da sua história confunde-se com a história da nossa adesão e da nossa participação como País no seio da União Europeia.

É também altura para lhe dizer que o nosso compromisso com o projecto europeu tem a ver com a necessidade que sentimos de Portugal estar e participar activamente no núcleo político mais avançado dessa União Europeia e, desde logo, também, na zona euro.

Mas nós entendemos, ao contrário do Sr. Primeiro-Ministro, que a nossa participação não pode ser uma participação passiva; tem de ser uma participação activa, isto é, com pensamento, com propostas e com iniciativas.

*Aplausos do PS.*

E o que lhe quero dizer é que não vejo, no Governo, nem pensamento, nem propostas e muito menos iniciativas, perante os desafios de que falou e que existem na União Europeia.

*Aplausos do PS.*

E devo dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: a questão não é sabermos se há divergências sobre a disciplina orçamental, porque não há divergências. Tanto o Governo como o PS são a favor da disciplina orçamental, da consolidação das contas públicas, de pagar as nossas dívidas,...

**Vozes do PSD:** — Ahhh...!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... de honrar os nossos compromissos. Aquilo que nos diferencia, Sr. Primeiro-Ministro, é que os senhores têm uma receita errada, porque consideram que a única forma de sair da crise é através da austeridade. E se a austeridade falha os senhores têm outro plano, que é nova austeridade..., e se esta austeridade falhar têm um terceiro plano, que é mais austeridade... Esta é a grande diferença entre nós e o Governo!

*Aplausos do PS.*

Não é a primeira vez, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe dizemos isto, em público e em privado. E volto aqui a perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, aliás, basta olhar para as conclusões do Conselho Europeu: o Sr. Primeiro-Ministro sabe identificar alguma medida relativa ao emprego e ao crescimento económico? O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui e foi minucioso a elencar da disciplina do lado da austeridade — só faltou falar das sanções e nós percebemos porquê... —, mas do lado do emprego só lhe ouvimos uma palavra passados 10 minutos e sobre o crescimento económico apenas considerações vagas. Aí está uma grande diferença entre o PS e o Governo.

*Aplausos do PS.*

Este Conselho Europeu fica para a história como mais uma oportunidade perdida, como mais uma resposta errada da União Europeia e como o Conselho das sanções e da austeridade, quando aquilo que é necessário, neste momento, são respostas para o emprego e para o crescimento económico.

E aqui está uma outra divergência, Sr. Primeiro-Ministro: nós entendemos que a crise que o nosso País passa é uma crise que necessita de uma resposta em três dimensões, isto é, nacional, europeia e a nível internacional. A nível internacional, com mais regulação e com o fim definitivo dos paraísos fiscais; a nível nacional, com apoio e estímulo ao crescimento económico e ao sector do nosso aparelho produtivo mais dinâmico,...

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... que é o das pequenas e médias empresas que estão disponíveis ou já produzem bens e serviços transaccionáveis e o das empresas relacionadas com o sector exportador.

Precisamos de apoiar e estimular o crescimento económico, mas a receita que os senhores estão a aplicar em Portugal, bem se vê, é a mesma receita que a dupla Merkel/Sarkozy quer aplicar a toda a Europa, e isso nós não podemos aceitar!

*Aplausos do PS.*

Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer-lhe que não tenha nenhum problema, porque não há nenhuma cacofonia na Europa: falam dois e os outros obedecem, em particular o Sr. Primeiro-Ministro. Isto é muito claro e muito nítido!

*Aplausos do PS.*

Quero dizer-lhe que não fiquei profundamente desiludido com este Conselho Europeu, porque as minhas expectativas em relação a este Conselho Europeu eram muito baixas.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro tem uma grande responsabilidade, agora, que fez uma dupla evolução, porque descobriu que a crise também já não é só uma crise europeia, é uma crise mundial. Mas já o é desde 2008, Sr. Primeiro-Ministro! Não foi desde a semana passada, quando reuniu o Conselho Europeu!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Primeiro-Ministro tem uma responsabilidade, hoje, aqui, perante esta Câmara. Como sabe, houve conclusões deste Conselho, mas ainda não há tratado, ainda não há um acordo. Por isso, queremos que o Sr. Primeiro-Ministro explique aqui quais as medidas e as propostas que o Governo português tem para esse acordo, para esse tratado, designadamente para dar resposta às questões do crescimento económico e do emprego.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, a receita que estamos a aplicar em Portugal não é a receita Merkel/Sarkozy, é a receita que o Partido Socialista negociou com o Fundo Monetário Internacional e com a União Europeia.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Essa «receita», como o Sr. Deputado lhe chamou, parte de um princípio: o de que os países que levam longe demais o seu endividamento e não merecem a confiança dos mercados para se financiarem precisam, em primeiro lugar, de reduzir as suas dívidas e os seus défices e de cumprir com a disciplina orçamental. É o que estamos a fazer, Sr. Deputado.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas esse consenso é também europeu. A ideia de que os países devem honrar os seus compromissos, pagar as suas dívidas e não agravar as suas dívidas para responder aos desafios do crescimento, mais uma vez, com dívida, que se transforma em impostos insustentáveis para os cidadãos, exige um Governo económico e uma disciplina que não vacile. É isto que o Governo está também a fazer.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Diz o Sr. Deputado que ainda não há acordo para o tratado. Ó Sr. Deputado, foi atingido um acordo para o tratado. Desse ponto de vista, nada mais há a negociar. Aquilo que foi anunciado, no final do Conselho Europeu, corresponde à intenção de traduzir disciplina fiscal, disciplina orçamental, governo europeu, em termos económicos, e estabilização financeira, dentro de um tratado intergovernamental, porque, infelizmente, para já, não foi possível obter consenso, que é como quem diz

unanimidade, para que tal fosse vertido para o Tratado de Lisboa. É isto que está acordado e anunciei aqui, sumariamente, as principais medidas.

Há, no entanto, uma, como o Sr. Deputado sabe, que representa uma inovação em Portugal, que é a que respeita à constitucionalização de uma espécie de «regra de ouro», que traduza um compromisso claro de médio e longo prazos quanto à disciplina que devemos seguir e à necessidade de não aplicar a velha «receita» do endividamento, que nos obriga a cumprir a dura «receita» da recessão e do controlo orçamental.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mas há mais uma grande vantagem na constitucionalização dessa matéria, que já aqui defendi e que também defendi em Bruxelas: a de podermos honrar, numa perspectiva intergeracional, os compromissos que não se devem esgotar nos decisores de hoje, nos governantes de hoje e, sobretudo, naqueles que herdamos do passado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ora, além da maior credibilização das nossas políticas de médio e longo prazos, podemos aumentar a previsibilidade orçamental e fiscal para todos os agentes económicos, desde logo para os contribuintes. Podemos também introduzir maior transparência nas escolhas das políticas públicas que fazemos, mas, sobretudo, podemos introduzir regras formais que limitem, verdadeiramente, o arbítrio de cada Governo.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Estamos, portanto, no Governo, em condições de dizer que queremos ver limitado o arbítrio de qualquer Executivo para comprometer as gerações futuras.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado, a Espanha, ainda no tempo de um governo socialista, foi muito rápida a constitucionalizar esta visão, a visão de que o que deve contar é o défice estrutural, justamente para permitir que, em momentos de maior recessão, os estabilizadores automáticos possam funcionar, os subsídios de desemprego possam ser pagos, aquilo a que chamamos a política acomodatória possa ter lugar sem com isso comprometer as gerações futuras.

É esta a noção de défice estrutural, de défice corrigido dos efeitos de ciclo. Foi possível fazê-lo em Espanha e repare como a Espanha se conseguiu distanciar da Itália, muito rapidamente, em matéria de pressão ou de *stress* financeiro.

*Risos do Deputado do PS António José Seguro.*

Isto não chega, não há soluções mágicas, como tenho dito, mas a verdade é que é diferente assumirmos, numa regra constitucional ou para-constitucional, que nenhuma maioria conjuntural possa alterar, uma «regra de ouro» que dê esta previsibilidade,...

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que torne mais verdadeiras as campanhas eleitorais de discussão política de projectos alternativos...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Ah, pois...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que também possa trazer, com clareza, Sr. Deputado, como o faz a Constituição espanhola, a assunção do princípio de que um Estado que honra a sua palavra, paga os seus juros e as suas dívidas, em primeiro lugar, e a isso deve comprometer as restantes políticas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É isto que está na Constituição espanhola e foi um Governo socialista que o promoveu!

Sr. Deputado, em vez de lançar ónus e intenções sobre aquilo que o Governo pretende ou não, nomeadamente sobre o pensamento, propostas e iniciativas que temos ou não,...

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Não têm!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... está ou não disponível, o Partido Socialista, para aceitar constitucionalizar uma regra tão clara e tão importante para o futuro, que nos pode bem ajudar a distinguir de outros menos convictos?!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, noto algumas diferenças entre aquela que é a sua posição sobre esta matéria e as declarações de ontem do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros... De qualquer maneira, deixaremos isto para outra sede.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já agora, diga quais são!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — E pagamos ou não pagamos?!

*Risos do PSD.*

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro: o Sr. Primeiro-Ministro, no Conselho Europeu, representou o Estado português e, quando se vinculou a esse compromisso, o Sr. Primeiro-Ministro tinha, decerto, a certeza absoluta de que o poderia fazer.

Quero perguntar-lhe aqui, nesta Câmara, quais foram as razões que o levaram a crer que tinha a possibilidade de vincular o Estado português à constitucionalização da «regra de ouro».

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, costuma haver uma regra: nós fazemos as perguntas, obtemos as respostas, podemos fazer outras perguntas e, depois, respondemos.

*Protestos do PS.*

O Sr. Deputado não respondeu à minha pergunta,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O senhor é que está aqui para responder!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas percebo que não tenha respondido à minha pergunta.

*Protestos do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Presidente, tenho de aguardar, naturalmente, que os Srs. Deputados se acalmem, para poder continuar este debate...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Exactamente, Sr. Primeiro-Ministro. É melhor aguardar...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se os Srs. Deputados, então, me consentirem responder...

*Pausa.*

Apesar de o Sr. Deputado não ter respondido à minha pergunta, vou responder à sua: o Chefe do Governo português, quando se compromete com um resultado, em Bruxelas, não leva um mandato vinculado para o fazer, que é, no fundo, aquilo que o Sr. Deputado me incita a fazer, não é verdade?! O Sr. Deputado diz: «Avance com propostas, avance com pensamento, avance com iniciativas»... Ó Sr. Deputado, o mandato representativo não é um mandato vinculado, porque isso não é um mandato democrático!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Isso é o seu pensamento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas aquilo a que o Governo se comprometeu, através da minha participação no Conselho, foi a propor a esta Câmara que adoptássemos essa regra. É este o meu compromisso! Qual é o seu, Sr. Deputado?!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro- Ministro, está esclarecido qual é o seu pensamento em relação à saída da crise: é uma alteração constitucional. Está esclarecido, pois foi muito claro sobre isso, Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Primeiro-Ministro sabe — aliás, é uma das poucas pessoas presentes nesta Sala que sabem — qual é a minha resposta, porque lha dei em Setembro e a reiterei na véspera da preparação do Conselho Europeu, aquando das audiências que concedeu aos partidos políticos.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sobre isso, a posição do Partido Socialista é muito clara. Consideramos, aliás, que num momento de grandes dificuldades para o nosso País e para a Europa, nos deveríamos concentrar, como país, em procurar soluções verdadeiras que respondam aos nossos problemas.

O Sr. Primeiro-Ministro perguntou-me quais são as minhas propostas. Vou enunciar-lhe algumas, que já são do seu conhecimento.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não perguntei, mas tenho gosto em ouvir.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Mas tenho muito gosto, Sr. Primeiro-Ministro, em voltar a dizer-lhe quais são. E teria ainda maior gosto se o senhor as seguisse, porque estaria a fazer muito bem a Portugal.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Em primeiro lugar, defendo um papel mais activo do Banco Central Europeu no sentido de poder proceder à emissão de moeda e de ser credor de último recurso.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Considero que esse seria um benefício que, efectivamente, acalmaria os mercados e que injectaria liquidez na nossa economia.

Sr. Primeiro-Ministro, convido-o a visitar comigo algumas empresas no nosso País, para perceber que há empresas que têm encomendas, que têm capacidade para produzir, mas que não têm crédito para se pré-financiarem e comprarem matérias-primas! É disso que estamos a falar, é de apoiar o nosso aparelho produtivo, é de apoiar as nossas empresas, para preservar emprego e para dar oportunidades aos jovens portugueses!

*Aplausos do PS.*

Apresento-lhe outras propostas, Sr. Primeiro-Ministro: a criação de euro-obrigações, dos *eurobonds*; e a necessidade de existir um governo económico na União Europeia que possa, de uma vez por todas, fazer com que haja solidariedade na gestão dos recursos financeiros da União Europeia e que tanto sejam incentivados a cumprir os países com maior défice como sejam incentivados os países que têm excedentes a dinamizarem a sua economia interna, para ajudarem a exportar os produtos dos países em dificuldades.

*Aplausos do PS.*

Há várias propostas, Sr. Primeiro-Ministro.

Apresento-lhe outra: harmonização fiscal.

Não tem sentido nenhum que possam existir formas diferenciadas de tributação para as diferentes empresas que concorrem no mesmo mercado e na mesma União. É que o Sr. Primeiro-Ministro, quando olha para a União, só vê uma união monetária; eu olho para esta União e quero que ela seja também uma união económica.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Para ser uma união económica, precisa de ter políticas, de ter governo, de ter visão, de ter ambição. E aquilo que não vejo, nem em si nem nos líderes europeus do momento, é essa visão e essa ambição para a Europa e para Portugal!

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, o Partido Socialista transmitiu ao Governo, na véspera do Conselho Europeu, que da sua parte não via razões para que se inscrevesse uma regra de ouro na Constituição,...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — E chumba?!



O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas que estava disponível para rever esses argumentos se argumentos importantes aparecessem que o justificassem. Sr. Deputado, foi isso que entendi.

Se o Partido Socialista tivesse tido a clareza de dizer que em circunstância nenhuma aceitaria essa regra, eu teria simplesmente dito em Bruxelas que, no meu País, o Partido Socialista...

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não aceitava essa regra e que, portanto, não havia condições para que, do ponto constitucional ou paraconstitucional, eu pudesse honrar esse compromisso.

Mas não foi isso que o Sr. Deputado disse.

Contudo, deixe-me agora comentar as suas propostas.

Diz o Sr. Deputado que, como proposta do Partido Socialista, do que precisamos é de ter um Banco Central Europeu emissor de moeda, que no fundo devemos mutualizar ainda mais as nossas dívidas e, basicamente, que aqueles que têm excedentes, isto é, que têm poupanças, deverão pagar as dívidas dos outros.

*Protestos do PS.*

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Ó Sr. Primeiro-Ministro!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, de facto, as suas propostas não são as minhas. E vou dizer-lhe porquê.

Em primeiro lugar, porque não quero que o Banco Central Europeu funcione para a Europa como a Reserva Federal Norte-Americana funciona para os Estados Unidos ou como o Banco de Inglaterra funciona para o Reino Unido.

*Protestos do PS.*

E não quero porque esses países também têm dívida, também têm défice, também têm de aplicar receitas recessivas e de contracção e, Sr. Deputado, também têm imprevisibilidade. E posso mesmo dizer-lhe que se na origem desta crise financeira está a instabilidade financeira muita dela foi gerada pela forma como os bancos centrais, esses precisamente que referiu, actuaram durante vários anos nos últimos 10 anos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O BCE é das poucas instituições credibilizadas no espaço europeu, e ainda bem que se mantém com credibilidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, já ultrapassou o tempo de que dispunha.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Deputado, temos, portanto, visões diferentes.

Concordo que o Banco Central Europeu deva ter, dentro da sua independência, uma intervenção visando a estabilidade financeira. E o que o Banco Central Europeu anunciou na semana passada foi que se os países se querem livrar do *stress* sobre as suas dívidas soberanas devem fazer o seu caminho de consolidação fiscal, mas que as economias não devem pagar por isso. Por essa razão, o BCE anunciou, de forma ilimitada, a cedência de liquidez em condições nunca vistas a todos os bancos europeus no sentido de estes poderem proporcionar financiamento à economia, às empresas e à preservação do emprego! Julgo que é uma boa maneira de ver o funcionamento do Banco Central Europeu!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não, não é!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, sem dúvida — e reconheceu-o —, o que este Conselho Europeu decidiu foi a acelerada concretização da centralização e concentração do poder da União Europeia com os instrumentos que lhe estão associados. E referiu, concretamente, o Pacto para o Euro Mais, o semestre europeu e a governação europeia. Ou seja, o que se decidiu foi, no fundo, uma maior operacionalização destes instrumentos de centralização e concentração.

Foi um Conselho Europeu que fugiu às causas estruturantes da crise,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... um Conselho que revelou contradições no seu seio, um Conselho que procurou fugir para a frente em relação à realidade e aos problemas.

Mas não podemos deixar de registar com inquietação os novos e graves passos dados para institucionalizar o processo de extorsão da soberania dos Estados ao poder de decisão das suas legítimas instituições pela imposição do denominado «pacto orçamental», com a imposição de inscrição na Constituição de um limite de défice de 0,5%, o que significa um verdadeiro golpe constitucional.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Queríamos dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que em relação as estas questões alguns dos seus seguidores e apoiantes vêm desenvolvendo a teoria de que é assim porque manda quem paga. Estamos-nos a referir concretamente à Alemanha.

Pois, Sr. Primeiro-Ministro, é importante saber que, se mandasse, Portugal mandava muito. Pagamos em dinheiro, com juros especulativos, como está a acontecer neste momento, mas pagámos também em espécie: pagámos com a destruição do nosso aparelho produtivo e da nossa produção nacional; pagámos com a desactivação da nossa indústria pesada — metalomecânica, siderurgia, indústria naval; pagámos com a destruição da nossa agricultura; pagámos com a destruição da nossa frota pesqueira;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... pagámos com a desactivação da nossa marinha mercante; pagámos no tempo em que vinham «paletes» de dinheiro de fundos comunitários, a troco da liquidação do nosso aparelho produtivo, para que alguns ganhassem, como foi o caso da Alemanha, que começou a exportar para cá tudo o que pretendia!

*Aplausos do PCP.*

Sr. Primeiro-Ministro, não queremos mandar noutros, mas o que dizemos é que deixem ao menos os portugueses construir o seu devir colectivo, deixem ao menos que sejam os portugueses a mandar em Portugal e não qualquer potência estrangeira,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... renegociando a dívida, procurando investir na produção nacional, criando mais emprego, respeitando e defendendo os salários, as reformas, as pensões e os direitos de quem trabalha. Se tivesse ido por aí, de certeza que o rumo da União Europeia seria diferente! Não o fez, claudicou, e o que vem aqui apresentar é uma exigência, particularmente ao Partido Socialista, para capitular, para se dobrar e aceitar um golpe constitucional!

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, concordo inteiramente com a ideia de que as nações, portanto também os países, devem manter a sua maior autonomia, a sua independência no sentido de soberania da sua decisão, e devem fazê-lo não apenas propagando e propalando esses princípios mas praticando a realidade que lhes subjaz. É soberano, autónomo e independente quem não precisa de se financiar com as poupanças dos outros.

Claro que isto não pode ser visto dentro de um limite exagerado. Claro que vivemos num mundo interdependente e global. Claro que não há, deste ponto de vista, sociedades auto-suficientes.

Mas, Sr. Deputado, o País seguiu, durante anos a fio, um caminho que, como o Sr. Deputado descreveu, conduziu à destruição do aparelho produtivo, à degradação dos salários, a políticas recessivas, porque entendeu, durante demasiados anos, que como o dinheiro era abundante e barato tudo deveria ser financiado, independentemente da rentabilidade dos projectos. Quando o caminho é o do endividamento sem crescimento — foi isso que aconteceu — aqueles que hoje se apresentam perante esta crise dizendo «é importante e indispensável que as políticas públicas dinamizem a economia, intervenham mais, gastem mais, criem mais dívida! Não interessa, no futuro pagamo-la!»... Esse futuro não trouxe crescimento durante demasiados anos, Sr. Deputado, e conduziu, como muito bem assinalou, à degradação dos salários, à destruição daquilo que é o complexo produtivo do País,

Por isso é que não podemos permitir que o governo, qualquer que ele seja (este ou outro, sendo que este seguramente não detém essa filosofia), tenha o direito de endividar o País e as gerações futuras com decisões de, em nome do crescimento, gastar mais do que aquilo que soberanamente deveria.

Sr. Deputado, justamente por isso, propomos uma regra constitucional ou paraconstitucional — não tem de constar na Constituição, pode ser uma lei paraconstitucional — que tenha a mesma força, uma regra que não possa ser alterada em qualquer circunstância, por qualquer maioria conjuntural, que exija o mesmo consenso que a Constituição para ser alterada (em Portugal, uma maioria de dois terços).

Não concebo uma regra dessas como uma exigência externa, Sr. Deputado, considero-a como uma regra que eu, como português, desejaria ver na minha Constituição ou numa lei paraconstitucional. Já o tinha defendido, antes de ela ter aparecido neste Conselho Europeu e mantenho a minha posição.

Não venho, portanto, pedir a ninguém que claudique, que perca a sua soberania, que abdique da sua autonomia. Venho propor que, no futuro, não tenhamos de nos voltar a ver confrontados com esta falta de autonomia e de soberania com que hoje estamos confrontados.

Sr. Deputado, aquilo que estamos a fazer é a resgatar essa autonomia e essa soberania. E para a resgatar temos não apenas de cumprir um programa que foi assinado e compromissado, temos também de ser convincentes de que não voltaremos, no futuro, a reincidir na mesma receita.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, um reparo: não foi a dívida que destruiu o aparelho produtivo, foi a destruição do aparelho produtivo que levou à existência da dívida actual.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Primeiro-Ministro diz que não, mas foi. Mas foi!

**Vozes do PCP**: — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Passo a um outro tema de grande actualidade, Sr. Primeiro-Ministro: apresentaram, esta semana, a proposta de aumento da jornada de trabalho e já estão convocados para Domingo, creio, para tentar alterar as normas de despedimento do Código do Trabalho, no dia em que anunciam o aumento da electricidade, poucos dias depois do anúncio do aumento das taxas moderadoras, da linha de privatização da segurança social, do corte no subsídio de desemprego, etc., etc.

Sr. Primeiro-Ministro, os conteúdos das iniciativas revelam a verdadeira face deste Governo, a sua natureza de classe e o seu ódio aos trabalhadores, visando o aumento da exploração.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mobiliando todo o arsenal ideológico das inevitabilidades, convocando os seus economistas, os seus comentadores, os seus analistas, quis o Governo que o roubo organizado fosse também um roubo consentido por parte daqueles que estão a ser expropriados. Não conseguiu, como se viu, com a greve geral.

Mas o que era anúncio vai começar a ser acto. E, em relação ao horário de trabalho, Sr. Primeiro-Ministro, fique sabendo o seguinte: essa é uma luta que os trabalhadores de todo o mundo travam há mais de 100 anos, com avanços, com recuos, mas foi sempre essa luta que determinou esses avanços. Em relação a essa tentativa brutal de pôr os trabalhadores portugueses a trabalhar mais 16 dias à borla, para além dos quatro dias feriados que querem eliminar, pode estar consciente do seguinte: se pensa que os trabalhadores vão permitir esse roubo consentido está enganado!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Os trabalhadores vão lutar para que isso não aconteça!

*Aplausos do PCP.*

Sr. Primeiro-Ministro — o tempo de que dispunha já acabou —, faço-lhe só um apelo: no fim do ano, no Natal, quando se dirigir aos portugueses, não lhes deseje boas-festas, porque pode ser muito mal-entendido por milhares de famílias que não vão ter boas-festas, que não vão ter a ceia de Natal. Os desempregados, os pobres, os excluídos, aqueles que estão ameaçados nos seus direitos, os expropriados do subsídio de Natal não vão ter boas-festas.

Se pensar em fazê-lo, Sr. Primeiro-Ministro, tape as orelhas porque, de certeza, a resposta que ouviria seria significativa. Faça as boas-festas com a sua família, não as dirija aos portugueses, porque o senhor, com a sua política, está a infernizar a vida e esta passagem de ano de muitos portugueses no nosso país!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, Sr. Deputado, não posso seguir o seu conselho. Tenciono dirigir as boas-festas aos portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Eu não o faria!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E tenciono, Sr. Deputado,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Tape os ouvidos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Honório Novo, eu ouço toda a gente: os que concordam e os que não concordam,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... aqueles que contribuem construtivamente para as soluções e os que insultam. Eu ouço todos, Sr. Deputado! Mas, Sr. Deputado, saber ouvir não é não ter estratégia e andar ao sabor do vento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É andar ao colo do patronato!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Saber ouvir, Sr. Deputado, é também saber para onde nos queremos dirigir.

É isso que tenciono dizer aos portugueses. Neste Natal, tenciono dizer-lhes que sei bem qual é a situação que o País atravessa, qual é o grau de sacrifício que os portugueses estão a desempenhar, porque esse é um assunto muito sério.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Por isso vai fazer pior!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sabemos que o caminho que temos pela nossa frente é de grandes dificuldades. Mas, Sr. Deputado, não é um caminho de dificuldades que resulte de uma ideia de castigo ou de punição; é um caminho de grandes dificuldades porque sabemos que temos de o fazer para sair da situação em que estamos. É justamente para sair da situação em que estamos que vamos fazer esses sacrifícios!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas não vamos sair!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E a última coisa que os portugueses precisariam de saber é que um Governo que não vira a cara e que sabe que deve conduzir uma política de salvação nacional não os deixará ficar mal por pura piedade, Sr. Deputado. O que guia o meu Governo não é a piedade, é a necessidade de desonerar os portugueses da dívida, é a necessidade de dotar Portugal de um caminho de reconstrução, de honrar Portugal no pagamento das suas responsabilidades e de dar aos portugueses um papel activo na reconstrução nacional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Está a pôr os trabalhadores a pagar!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente:** — Tem, de seguida, a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, trouxe-nos aqui as conclusões do Conselho Europeu. Os portugueses notaram que a Europa entrou a 27 nesse Conselho, saiu a 23 e continua governada por 1,5. Pode chamar-lhe «o melhor acordo possível», mas entendamo-nos, Sr. Primeiro-Ministro: um analista financeiro dos mais respeitados dos mercados financeiros disse que este acordo parecia um peru que não podia voar, sobretudo porque estava morto.

Nos próximos anos, o fundo europeu não é capaz, sequer, de tapar as necessidades de financiamento de um terço da Espanha e da Itália! Não serve para nada, não responde a nada, só agrava os problemas. É claro que já sabemos a resposta: a próxima cimeira é que vai ser decisiva.

Mas o senhor trouxe-nos uma solução — aliás, discutiu-a aqui com o Deputado António José Seguro: alteração constitucional ou paraconstitucional sobre o limite do endividamento. Chamou a isso «reduzir o arbítrio dos governos». Pensava eu que houvesse alguém com coragem para reduzir o arbítrio dos mercados ou da especulação! Mas não, é o arbítrio dos governos e da democracia.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vejamos, então, de que se trata essa medida. Não percebi o que é que o senhor ou o Partido Socialista querem. O Partido Socialista diz que a medida é má e não a quer na Constituição, mas é boa, porque a quer numa outra lei, que nunca possa ser alterada. E o Governo rejubila, evidentemente.

Sr. Primeiro-Ministro, há-de explicar-me e aos portugueses como é que vai aplicar esta medida. Não é com fundos de pensões, pois não, Sr. Primeiro-Ministro?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Ou é com fundos de pensões que vai chegar, alguma vez, a 0,5%?

O Sr. Primeiro-Ministro gosta de discutir a forma das coisas. Falemos do conteúdo das coisas.

Em Portugal — para todos perceberem —, passar do défice actual ou do próximo ano, com o esforço que todos têm, perdendo subsídio de Natal e de férias, para aquilo que o senhor propõe que seja a regra definitiva, significaria, simplesmente, o seguinte: acabar, num ano como noutro, com todo o Ministério da Saúde, despedir 120 000 médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, fechar todos os hospitais e centros de saúde. É isto que quer dizer passar das dificuldades imensas, actuais, para aquilo que o senhor propõe como regra definitiva.

E diz-nos, depois, que não aceita um referendo?! Que não aceita que os portugueses se definam sobre o que vai ser a sua vida?! Quer mudar, para todo o sempre, a Constituição e não aceita que os portugueses se pronunciem sobre o que vai ser a sua economia?!

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, diga-nos lá o que vai fazer no Domingo, o que vai impor para poder chegar a este corte de mais 8000 milhões de euros, por cima do corte dos subsídios de férias e de Natal.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, apesar de ser muito interessante ouvir o Sr. Deputado citar as imagens que os analistas financeiros utilizam para retratar a actual situação, devo dizer que não concordo nada com o que o Sr. Deputado acabou de referir.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Assim o espero.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É muito interessante que possa considerar útil dizer que o «poder de fogo», de protecção, que o Conselho conseguiu apontar, pelo menos até Março, de cerca de 500 000 milhões de euros, mais cerca de 200 000 milhões de euros, através do FMI, é manifestamente insuficiente para lutar contra a especulação. O tempo dirá se é ou não, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O tempo já disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu gostaria que fosse mais — não há dúvida quanto a isso —, mas, infelizmente, não é Portugal que pode dar essas garantias e pôr lá esse dinheiro, senão teríamos dado essa resposta. Mas, como estamos conduzidos à inevitabilidade de ter de esperar daqueles que têm essa disponibilidade de, democraticamente, aceitarem fazer esse aumento, eu não posso senão registar aquilo que alguns primeiros-ministros comunicaram no sentido de não terem mandato dos seus parlamentos para irem tão longe nessa matéria. Tenho de respeitá-los, não posso dizer-lhes «obriguem os vossos Parlamentos a decidir de outra maneira, porque a Espanha e a Itália precisam disso». Por isso, eu disse, Sr. Deputado: «Vamos ver, o tempo dirá se é ou não suficiente».

Se olhássemos apenas a essa medida, claramente não seria suficiente. Mas há outras medidas que estão em causa.

Sr. Deputado, a solução não passa, magicamente, pela Constituição. Eu nunca disse isso, Sr. Deputado! Não o disse aqui nem em lado algum e, pelo contrário, tenho dito que não há soluções mágicas.

Mas, para mim, a constitucionalização ou a paraconstitucionalização é mais fácil, clara e transparente. Mas se depender de um acordo com o Partido Socialista que seja uma lei paraconstitucional, terá de ter o mesmo valor, porque, se não o tiver, não servirá o mesmo objectivo. Essa é uma solução democrática, Sr. Deputado. Não vejo a razão de ser da sua observação.

O Sr. Deputado diz: «Mas isso não é praticável, porque um défice estrutural, por exemplo de 0,5%, inscrito na Constituição não é simplesmente atingível, a não ser que se sacrifique todo o Serviço Nacional de Saúde». Não é verdade, Sr. Deputado Francisco Louçã! Não é verdade!

É importante que os portugueses percebam o embuste de certas imagens, e essa imagem não se aplica a esta noção, porque o Sr. Deputado sabe bem qual é a diferença entre saldo nominal e saldo estrutural. O Sr. Deputado sabe bem que, de acordo com as perspectivas que o próprio Governo apresentou, Portugal deverá atingir, até 2015, um saldo estrutural de 0,5%. Portanto, Sr. Deputado, isso é possível e não exige, de modo algum, o fim do Serviço Nacional de Saúde, nem que se acabem não sei quantos hospitais, nem que se acabem com não sei quantos empregos. Isso não é assim, Sr. Deputado, antes pelo contrário! Deixe-me dizer-lhe que, em Portugal, desde que as políticas financeiras e económicas de endividamento persistente sem resultado de crescimento foram prosseguidas, o desemprego estrutural passou de cerca de 5,5% para mais de 10,5%, quase 11%!

Em tanto tempo, com pouca disciplina e sem domínio da dívida, o que nós conseguimos, Sr. Deputado, não foi crescimento, foi quase estagnação. O que nós pretendemos sinalizar — mas, claro, não chega, é preciso, depois, praticar — é que só há crescimento com responsabilidade e com disciplina. E essa regra, tão simples, que é a de dizer «os nossos orçamentos devem ser equilibrados», não significa que não possa haver, no ciclo económico, maior expansão para acomodar os efeitos recessivos.

Haverá com certeza, mas também deverá haver o oposto, ou seja, na fase ascendente do ciclo deve haver poupança e reserva para cobrir as necessidades futuras. É sobre este princípio basilar de equilíbrio que, se estivermos de acordo, deveremos trabalhar. É esta unicamente a nossa proposta, Sr. Deputado, a minha e a de mais 26 chefes de Estado e de governo da União Europeia. E, devo dizer, Sr. Deputado, que relativamente a esta matéria não ouviu o Primeiro-Ministro inglês dizer que discordava.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ouviu, ontem, o governador do banco central da Alemanha dizer que Portugal e os outros países são bêbados, que pedem mais álcool. Aqui tem a solidariedade europeia que lhe oferecem!

Se há alguma dignidade, o fim do servilismo e da cobardia passa precisamente por pôr a Europa, o crescimento, o emprego, o respeito pelas pessoas e a democracia, nomeadamente em Portugal, acima da vergonha, da especulação e de regras totalmente inaplicáveis. O que o Sr. Primeiro-Ministro defende é uma regra permanente que torne incompetente o Estado sempre que houver dificuldades.

Crescimento? É claro que nessa altura haverá receitas fiscais, mas quando elas caem por causa da recessão, quando aumenta a necessidade de apoiar os desempregados, qual é a sua solução, Sr. Primeiro-Ministro? Reduzir o subsídio de desemprego — chama a isto corrigir o défice estrutural —; aumentar horas de trabalho gratuitas — chama a isto corrigir a economia! A destruição sistemática da economia é a sua solução. Por isso essa incompetência, essa rigidez, essa falta de vontade de orientar a economia e os esforços para a recuperação fazem desta medida um combate sistemático, cerrado, de terra queimada contra a democracia.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de muito pouco tempo para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tentarei ser breve.

Sr. Deputado, todos os países, todos os partidos têm as suas metáforas, ou as suas imagens metafóricas, e precisam de, em certas circunstâncias, justificá-las melhor. Não me sinto na necessidade de justificar as imagens metafóricas do Presidente do Bundesbank, Sr. Deputado,...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mas podia responder-lhe, porque ele manda em si!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas quero dizer-lhe que não é verdade que as horas suplementares, que extraordinariamente deverão vigorar durante o período de assistência económica e financeira, ou o ajustamento que fizemos ao subsídio de desemprego sejam a resposta económica à necessidade de crescer. Não, Sr. Deputado, inserem-se numa lógica diferente. A segunda medida que referi insere-se numa lógica de acertar devidamente os incentivos ao próprio trabalho. É isso que é preciso fazer em Portugal, é isso que decorre do Memorando da tróica — é isso que lá está! — e é isso que estamos a fazer. Não estamos a acabar nem com a protecção social nem com o subsídio de desemprego, Sr. Deputado, estamos a ajustar a forma como ele deve funcionar.

A primeira medida, relativa às horas extraordinárias — aproveito para o dizer no pouco tempo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente, com certeza, me concederá —, insere-se numa lógica complementar à que existia no próprio Memorando e que a tróica aceitou: a de que, não havendo condições para fazer uma desvalorização fiscal interna com uma descida substancial da contribuição social para a taxa social única, pudéssemos pedir àqueles que não estão no sector público um esforço adicional que nos ajude a reganhar conjunturalmente competitividade. Mas sabemos que é conjunturalmente, Sr. Deputado, não é uma receita estrutural! As receitas estruturais são as outras e, essas — não há dúvida —, muitas já começaram e outras estão em andamento.

O Conselho de Ministros informal do próximo domingo vai relançar o nosso calendário de modo a cumprir as metas a que nos tínhamos proposto.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, que também já dispõe de pouco tempo.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registo que nunca quer responder à pergunta sobre como fará a correcção na economia portuguesa. Falou-nos das horas extraordinárias e apresentou-nos a sua ideia de que os salários são demasiado elevados e as horas extraordinárias demasiado bem pagas em Portugal. Bem o percebo. É por isso, aliás, que propõe um aumento do horário de trabalho gratuito, incluindo os feriados e os sábados, em que os trabalhadores poderão ser obrigados a trabalhar de graça. Até vão ter saudades da semana-inglesa, em que trabalhavam de manhã, ao sábado, mas sempre recebiam qualquer coisa! Agora é de graça — «solução Passos Coelho» para a economia!...

Vemos também como em todas as medidas que adopta segue a bitola: é sempre reduzir a economia! O senhor disse esta semana que o aumento das taxas moderadoras poderia ser triplicado, que pessoas que têm 628 € e que vão pagar dezenas de euros numa urgência poderiam ter de pagar muito mais. Estes são os milionários em Portugal!... A electricidade aumentou 17% uma vez e anuncia-nos que aumentará 4% em Janeiro.

Com tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, é um roteiro de terror sobre a economia o que o senhor vai aplicando. Como é que quer recuperar a economia, como é que quer corrigir o Orçamento, como é que quer defender o Serviço Nacional de Saúde com medidas, umas atrás das outras, que são sempre renegociações com a tróica para prejudicar a economia e para reduzir o emprego? Este é o fanatismo que o senhor quer pôr na Constituição, ou na para-constituição.

Sr. Primeiro-Ministro, há uma pergunta final que queria fazer-lhe muito directamente, sobre o aumento da electricidade e a privatização da EDP.

O Sr. Primeiro-Ministro propõe a privatização da empresa — e já percebemos do que se trata: trata-se de uma nacionalização chinesa, de uma nacionalização brasileira ou de uma nacionalização alemã, visto que se



trata de empresas públicas desses países ou de uma empresa com direitos especiais do Estado —, mas, no contexto desta privatização, foi visitar a sede de uma das empresas que agora é concorrente, e foi-o muito pouco tempo antes, com o *Financial Times* a dizer que o senhor, a mando da Sr.<sup>a</sup> Merkel, lá terá ido promover a participação desta empresa no concurso da privatização.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, quero saber agora, perante o Parlamento e os portugueses, o que foi fazer à sede da E. ON, que é uma das concorrentes à privatização da EDP.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Como o Sr. Primeiro-Ministro já não dispõe de tempo para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia para colocar perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, veio aqui falar aos portugueses como se tivesse estado profundamente envolvido na cimeira e numa negociação europeia, como se tivesse sido até uma peça fundamental das negociações que lá decorreram. Desculpe-me a franqueza, acho que os portugueses já perceberam que o Sr. Primeiro-Ministro e este Governo são muitos fortes e muito determinados com os mais fracos de cá, mas são demasiado fracos com os mais fortes de lá. É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que chegou lá, como todos já percebemos, e a Sr.<sup>a</sup> Merkel disse: «lá, nos vossos países, têm de institucionalizar na lei um limite à dívida e ao défice»! E lá veio o Sr. Primeiro-Ministro para Portugal, com a ordem dada, dizendo que temos impor na Constituição ou numa lei de valor reforçado um limite ao défice e à dívida.

O Sr. Primeiro-Ministro tem perfeita consciência do que isso significa ou poderá significar num determinado momento para o País, só que não o diz. É que isso significa uma coisa muito simples: num País profundamente fragilizado como o nosso, pode significar a perda da capacidade completa de gerarmos riqueza, porque num determinado momento podemos ter uma necessidade absoluta de promover investimento para a curto prazo ganharmos com isso, para gerarmos riqueza, e aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro está a propor — ou a Sr.<sup>a</sup> Merkel, que não conhece absolutamente nada do nosso País, não quer saber nada do nosso País mas, ainda assim, vai-nos governando paralelamente com o Sr. Primeiro-Ministro —, e sabe disso, é a capacidade de nos coarctar riqueza em determinados momentos da nossa História. Não pode ser, Sr. Primeiro-Ministro!

Uma coisa, é certo, saiu da cimeira: a austeridade não é provisória, tende a ser definitiva. Como o Sr. Primeiro-Ministro anda sempre tão ondulante nas suas declarações relativamente a mais ou menos austeridade, quero perguntar-lhe aqui, no Plenário, perante todos os portugueses, o seguinte: tem condições para dizer-nos se vai propor ainda mais aumentos de impostos e mais austeridade aos portugueses?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, sinceramente, hesito em responder à sua questão, porque não queria, de modo nenhum, contribuir para estragar a sua repetida narrativa aqui, no Plenário. Ela é conhecida, já trocámos, por diversas vezes, perguntas e respostas sobre essa matéria, e não creio, sinceramente, que tenha nada de novo para lhe acrescentar, porque nada de novo a Sr.<sup>a</sup> Deputada questionou.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Então, pode repetir a resposta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero apenas aproveitar a oportunidade para dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em primeiro lugar, que não me vanglorio de nenhum exibicionismo particular em matéria europeia, como não me vanglorio do contrário. Participo nos conselhos europeus e na sua preparação, na sua antecipação em todas

as abordagens, contactos, trocas de informações e proposituras normais em sede europeia. Não sinto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que esteja nem a mais nem a menos do que qualquer outro meu colega europeu.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O caminho que Portugal está a fazer nesta matéria é conhecido, e a convicção que aqui exprimi é a da necessidade de, para futuro, termos nós próprios — não é a mando de ninguém, é nós próprios — regras claras para não voltarmos a cair na situação presente, que, diga-se, implica medidas recessivas, sem as quais não conseguiremos retomar um caminho de crescimento.

O caminho que aqui estamos a seguir não é imposto por ninguém; apesar de ter sido negociado e de ser obra, portanto, da necessidade, teria de ser percorrido em qualquer circunstância, quer Portugal tivesse chegado a uma espécie de rotura de pagamentos, ou não. Isto dever-nos-ia obrigar a tirar conclusões e lições sobre o passado, mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, as suas lições e conclusões sobre o caminho do passado não abundam nas suas intervenções no Parlamento nem nas perguntas que dirige ao Governo. Convidava-a a fazer essa leitura, em vez de aproveitar esta oportunidade para fazer aquilo a que se chama pergunta de pacotilha: «vai aumentar mais impostos?», «vai diminuir?». Sr.<sup>a</sup> Deputada, tudo isso está respondido, e bem respondido, quer no Programa do Governo, quer no Orçamento aprovado nesta Assembleia. É por ele que nos vamos guiar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não se preocupe em não me estragar as perguntas, preocupe-se em não estragar o País!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já não era mau!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Já era um grande favor que fazia aos portugueses! Não preciso de favores por parte do Sr. Primeiro-Ministro e repetirei até à exaustão as perguntas que Os Verdes entenderem relevantes até obtermos respostas seguras.

Mas talvez o Sr. Primeiro-Ministro tenha razão numa questão: os compromissos assumidos por si valem muito pouco para o País, como já percebemos, e se o senhor fosse tão dedicado a cumprir os compromissos que assume com os portugueses como é quanto aos compromissos que assume com a Sr.<sup>a</sup> Merkel, provavelmente, não estaríamos, em Portugal, na situação em que estamos, não estaríamos a trabalhar para a recessão, estaríamos a trabalhar para o crescimento económico, para a dinamização do nosso aparelho produtivo, para a geração de riqueza, porque é, de facto, disto que o País precisa. Porém, não é disto que a Sr.<sup>a</sup> Merkel precisa. Mas o Sr. Primeiro-Ministro não está a governar para a Alemanha e para os interesses desse país. O Sr. Primeiro-Ministro deve governar para os interesses do seu País! O que o Sr. Primeiro-Ministro está a fazer, de facto, é a condenar os portugueses a pior qualidade de vida, a salários mais baixos, a serviços mais caros.

Por exemplo, a questão das taxas moderadoras é absolutamente confrangedora. O Estado arrecada cerca de 100 milhões de euros com as taxas moderadoras. Vem o Governo, aumenta para o dobro as taxas moderadoras e diz que vão arrecadar mais cerca de 100 milhões de euros. Vem a tróica e diz: «Não, não, não. Os senhores têm de arrecadar mais 250 milhões de euros.» Agora, vamos ver quais são os valores que o Governo vai propor, aos poucos ou de uma assentada, em relação às taxas moderadoras, que de moderadoras não têm absolutamente nada, elas significam uma completa privatização do Serviço Nacional de Saúde. É isto que o Sr. Primeiro-Ministro está a oferecer aos portugueses! Desculpe que lhe diga, mas o senhor não tem qualquer pudor em «meter a mão no bolso» dos portugueses, e isto tem de acabar de uma vez por todas. Os portugueses não aguentam mais esta austeridade. Isto é duro demais!

O Sr. Primeiro-Ministro vem, depois, fazer um choradinho e vai lá fora dizer que já anunciou aqui, na mensagem de Natal, que tem uma grande compreensão para com os portugueses.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem que terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino de imediato, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não precisam dessa compreensão. O que os portugueses precisam é de medidas que lhes permitam sobreviver, ter emprego, ter salário, pôr os seus filhos a estudar e, quando necessitam, ter acesso aos cuidados de saúde.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É disso que os portugueses precisam, mas é justamente em sentido contrário que o Sr. Primeiro-Ministro está a governar.

Não se admire, portanto, que lhe pergunte se vai ou não aplicar mais austeridade ao País, porque o futuro adivinha-se muito difícil, Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos de Os Verdes e do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, de facto, não tenho muito mais a acrescentar ao que já disse à Sr.<sup>a</sup> Deputada, excepto que há uma evidência que conhecemos hoje e que todos os portugueses conhecem. Essa evidência resulta da observação do que se passou em Portugal nos últimos 12 anos. Ou seja, quanto mais o País se endividou, menos cresceu, quanto mais dívida, menos crescimento,...

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Quanto menos aparelho burocrático, mais crescimento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quanto mais disciplinado o Estado, parece-nos a nós, mais se aliviará, a prazo, a situação dos portugueses.

O que queremos fazer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é resgatar o País desta situação da ditadura do défice e da dívida, para onde muitos anos de políticas erradas nos empurraram.

Não sinto necessidade de voltar a falar desse período, mas não posso deixar de dizer que o caminho que prossigo para Portugal não é o mesmo que foi seguido nos últimos 12 anos. Tem de ser um caminho diferente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso, pois, concordar consigo, apesar de não deixar de assinalar a ironia de a ver tão preocupada...

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É exactamente o contrário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com soluções que nos trouxeram, essas sim, à destruição do aparelho produtivo, à degradação do poder de compra em Portugal, à dívida, à expectativa...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e à recessão económica. Espanta-me que a Sr.<sup>a</sup> Deputada esteja na mesma senda.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Os Verdes.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro falou-nos, e bem, da crise de confiança que perpassa um pouco por toda a Europa e das fragilidades dessa

mesma crise, que ficaram claras, quer da União Europeia, quer, sobretudo, do seu funcionamento e dos tratados.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a minha primeira nota é para lhe dizer que estamos perfeitamente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que, nestas circunstâncias e nestes tempos, nem sempre quem fala mais e mais alto é quem tem mais interesse, mais convicção e mais razão sobre estas matérias.

**Vozes do CDS-PP: — Muito bem!**

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, fez bem o Governo em contribuir para que fosse viável chegar a um consenso europeu possível que, ainda assim, aprofundasse a união financeira e económica numa união que já é monetária e que fizesse, do controlo da dívida e do défice, um objectivo essencial e comum, não meramente de boas práticas mas, sobretudo, de boa gestão.

Também queria sublinhar, em nome do CDS, que o Sr. Primeiro-Ministro fez muito bem em se opor a qualquer tentativa de eliminação, restrição ou suspensão do direito de voto de cada Estado-membro nos conselhos. Isso também convém ser sublinhado, e parece que alguma oposição o esquece.

Foi, de facto, um consenso alargado a 26 que permitiu sair do impasse que outros conselhos não conseguiram fazer e, nessa perspectiva, as conclusões são satisfatórias. É evidente que não resolvem os problemas da União Europeia, que são muitos e complexos — aliás, isso já foi dito tanto pelo Sr. Primeiro-Ministro como por nós. Ainda assim, é um passo em frente que gostaríamos de salientar.

Sr. Primeiro-Ministro, para além das conclusões, é preciso também retirar lições que nos levaram a este Conselho Europeu e à necessidade, quase à imperatividade, diria, destas conclusões. Essas lições devem ser sublinhadas, até para não se repetirem os factos que nos levaram, justamente, a essas conclusões.

A nosso ver, são três lições essenciais que poderemos retirar da obrigatoriedade destas conclusões e das medidas que tiveram de ser tomadas.

Primeiro, não podemos gastar mais do que aquilo que realmente nos é possível. Terminou esse tempo.

**Vozes do CDS-PP: — Muito bem!**

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Segundo, de uma vez por todas, é preciso saber que dívidas de hoje são impostos de amanhã para as gerações vindouras pagarem.

**Vozes do CDS-PP: — Muito bem!**

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Terceiro, e sobretudo, folgas aparentes de hoje são sempre, mas mesmo sempre, aflições de amanhã.

**Vozes do CDS-PP: — Muito bem!**

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — São lições que importa também não esquecer e retirar da obrigatoriedade destas conclusões.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, as perguntas que lhe queria fazer têm a ver com a União Europeia, têm a ver com dúvidas que certa oposição parece querer alimentar, mas que, para nós, não oferece dúvidas. Gostaríamos, no entanto, de obter respostas claras da parte do Sr. Primeiro-Ministro.

Em primeiro lugar, a ideia de que é já amanhã e de forma automática a consagração, na Constituição, do limite do *deficit* e da dívida. De acordo com o que pudemos apurar e ler das conclusões, não será bem assim.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe perguntar se é ou não verdade que estes limites, sendo de consagração imediata, não são de execução imediata, ou seja, há prazos de obtenção previstos nesse mesmo acordo,...

**Vozes do CDS-PP: — Muito bem!**

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — ... e se, perante circunstâncias supervenientes e extraordinárias, há ou não mecanismos de excepionalidade — estou a falar de casos de calamidade pública, de alteração de circunstâncias absolutamente supervenientes e inusitadas — que possam diferir no tempo ou redistribuir o esforço.

A segunda pergunta é para nós muito importante e suscitou da parte do maior partido da oposição supostas divergências, que, cremos, só poderão ser justificadas para esconder incapacidade ou insuficiências de resposta, porque divergências nunca existiram. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro foi sempre muito claro, mesmo em resposta ao CDS, em relação ao que seria um sinal e um compromisso político necessário e essencial do ponto de vista de esse limite ao défice e à dívida ser consagrado na Constituição. E aqui para nós, Sr. Primeiro-Ministro, é uma matéria importante. É que este compromisso não é um mero capricho, poderá ter efeito prático e directo naquilo que poderá ser a saída para esta situação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exactamente!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É que — e aqui é que está a questão essencial — para nós, Sr. Primeiro-Ministro, o facto de haver um limite constitucional ao défice e ao endividamento é uma questão estrutural que deve vincular este ou qualquer outro governo. Parece que para outros partidos é uma mera questão conjuntural. Para nós, se for estrutural, deve haver uma maior política reforçada de dois terços para assumir, em nome das gerações vindouras, essa opção estruturante. Não nos parece que ajude, neste momento, o nosso País a sair desta situação propor soluções que requerem uma maioria absoluta, que existe, mas que, ainda assim — e até nisso há uma mudança de estilo —, não a queremos exercer, não a queremos impor, porque temos a exacta noção de que se trata de uma questão estruturante e não meramente conjuntural. E isto não é uma questão de compromisso, é uma questão de opção para o futuro.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que as várias oposições têm colocado a ênfase em 2012 como um ano de austeridade. É verdade! É um ano em que, no cumprimento das medidas que fomos obrigados a implementar por força do compromisso que assumimos, temos de tomar medidas difíceis.

Sr. Primeiro-Ministro, é de sublinhar também — e faço-o com lamento — que nenhuma das oposições referiu uma outra questão essencial: é que, sendo, de facto, um ano de austeridade, de medidas difíceis em consequência do que foi feito no passado, poderá, deverá e será, como o Sr. Primeiro-Ministro respondeu a uma curiosidade do Sr. Deputado Francisco Louçã, um ano de oportunidades em que faremos as reformas necessárias.

O crescimento económico é falado por todas as oposições, mas não se vêem propostas e, sobretudo, não se percebe que só fazendo as reformas que temos de fazer para equilibrar as contas públicas mas também aquelas que são necessárias e que o Sr. Primeiro-Ministro disse que iriam iniciar-se justamente no Conselho de Ministros, de domingo — as reformas da justiça, as reformas da regulação, as reformas do funcionamento do Estado — é que poderemos voltar a trilhar o caminho do crescimento económico.

Esse ano, de 2012, é de austeridade, é verdade, mas é também um ano de oportunidade. É essa esperança que, certamente — e o CDS está convicto disso —, o Sr. Primeiro-Ministro também dará na mensagem de Natal, e faz muito bem em não deixar de a fazer.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, concordo com grande parte do enquadramento que fez...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E não concorda com o quê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que retrata a situação que hoje estamos a viver. Dispensó-me, portanto, de o aprofundar.

O Sr. Deputado perguntou-me, muito especificamente, a propósito desta ideia da constitucionalização ou de dotar o País de um consenso paraconstitucional quanto a uma regra de equilíbrio do Orçamento, tal como vem expressa na conclusão do último Conselho Europeu, como é que ela se poderia operacionalizar, que excepções poderiam conter. Evidentemente que é uma matéria que está em aberto na própria Câmara, como não pode deixar de ser. Não houve uma solução fechada entre chefes de governo e chefes de Estado. Posso dizer-lhe que, por exemplo, no caso da Espanha — e cito, embora não em castelhano,...

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

... mas procurarei, tanto quanto possível, fazer uma tradução fiel —, uma lei orgânica desenvolverá os princípios a que se refere o princípio que foi constitucionalizado, que é um princípio de estabilidade orçamental, sendo que o Estado e as comunidades autónomas não podem incorrer num défice estrutural que supere as margens estabelecidas, desde logo, pela União Europeia para os seus Estados-membros. Esta foi a solução espanhola.

A distribuição dos limites do défice e das dívidas das extintas administrações públicas admite excepções, a saber: em caso de catástrofes naturais, de recessão económica ou situações de emergência extraordinária que escapem ao controlo do Estado e prejudiquem consideravelmente a situação financeira ou a sustentabilidade económico-social do Estado. Esta foi a solução espanhola.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Não está no défice!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estou a dizer que tenhamos de ser absolutamente idênticos na solução que aqui criarmos, mas, Sr. Deputado, a primeira questão importante é responder à pergunta sobre se estamos de acordo ou não de que o princípio a seguir, de que o valor a preservar, é o da estabilidade e o do Orçamento equilibrado. Nós, inegavelmente, somos favoráveis a este princípio e não estamos a seguir nenhum ditame externo para o conseguir.

Em segundo lugar, qual é a melhor forma de o constitucionalizar? Penso que é através da própria Constituição.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Essa já cá faltava!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porquê? Porque não dispomos de um instrumento que tenha um consenso tão amplo quanto a Constituição. Por exemplo, a Lei de Enquadramento Orçamental poderia perfeitamente servir para constitucionalizar, enquanto lei orgânica, esta matéria, se tivesse o mesmo consenso constitucional, mas não tem.

Tem uma maioria absoluta, a mais simples para este efeito. Para poder passar a ser uma lei de valor reforçado, por maioria de dois terços, teríamos de mexer na Constituição. Assim, a minha observação é, se temos de mexer na Constituição em qualquer caso, para esse consenso mais amplo de maioria qualificada de dois terços para a Lei de Enquadramento Orçamental, por que não colocar logo essa matéria na Constituição e aproveitar a Lei de Enquadramento Orçamental para a regulamentar?

Enfim, estamos abertos a essa discussão, mas concordo inteiramente, Sr. Deputado, de que, assente o princípio, devemos mostrar abertura para encontrar a melhor solução. No entanto, a solução deve ser a de que o princípio é o do orçamento equilibrado. E o défice estrutural já serve em parte a ideia de que, nos momentos recessivos do ciclo económico, possa haver expansão orçamental acomodatória naquilo que representa o funcionamento dos estabilizadores automáticos, nomeadamente subsídios de desemprego.

Quanto ao caminho das reformas estruturais, que o Sr. Deputado também referiu, ele é, sem dúvida, indispensável. Não leve a mal que não aprofunde agora essa matéria mas não há dúvida alguma que esse é o princípio sagrado que está inerente ao Programa de Assistência Económica e Financeira português. Temos um envelope financeiro para dar alguma estabilidade de financiamento ao Estado, que não à economia, mas, em contrapartida, o Estado deve preparar as reformas necessárias que viabilizem o crescimento da economia,

o que não será feito à custa do Estado mas, evidentemente, à custa do trabalho dos portugueses, das empresas em Portugal.

Espero que o Sr. Deputado não leve a mal mas vou aproveitar o pouco tempo de que ainda disponho para responder ao Sr. Deputado Francisco Louçã.

Sr. Deputado Francisco Louçã, há pouco, confrontou-me com uma suposta visita que eu teria feito à sede E.ON a propósito da privatização da EDP. Deixe-me dizer-lhe, porque não há nenhuma razão para alimentar qualquer dúvida a este respeito, que nunca visitei a sede E.ON nem nunca me desloquei à sede da E.ON.

**Vozes do PSD:** — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — É público, porque a reunião foi pública, que, quando estive em Berlim, na visita bilateral ao Governo alemão, o Presidente da E.ON pediu para ser recebido por mim e eu recebi-o. De resto, tratou-se de uma audiência pública que conteve comunicação social e em que o Presidente da E.ON me quis manifestar o interesse directo da empresa na privatização da EDP.

Sr. Deputado, é tudo! Não há nem mais nem menos. Não alimente, por favor, qualquer equívoco a este respeito.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Não tive, não tenho nem terei, muito menos depois de ter sido despoletado o processo de privatização, qualquer contacto com alguma das empresas concorrentes à privatização da EDP. É a transparência que o exige. A decisão que o Governo vier a tomar será tomada em Conselho de Ministros, depois de receber o relatório que será feito pelos assessores financeiros que estão, como *advisers* da operação, a fazer a apreciação das propostas e a negociação que deve ser realizada.

Não há nada mais transparente do que isto, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que comece por uma nota prévia para assinalar a intervenção do líder do Partido Socialista, o Deputado António José Seguro.

O Sr. Deputado António José Seguro falou de propostas e de iniciativas e disse, *en passant*, de uma forma algo tímida, que devíamos pagar a dívida, colocando em causa a postura do Governo português na sua relação com os nossos parceiros europeus.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Bem lembrado!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Ora, Sr. Primeiro-Ministro, relacionando tudo isto, penso que se perdeu uma boa oportunidade para perceber se o líder do Partido Socialista, Sr. Deputado António José Seguro, preconiza ou não, na forma de relacionamento do Estado português com os seus parceiros, que devemos assustá-los com a utilização da bomba atómica e pôr os nossos credores a tremelicar das pernas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta é uma questão política importante, Srs. Deputados, e, do nosso ponto de vista, precisa, naturalmente, de uma clarificação.

Queremos acreditar que esta não é a visão do Secretário-Geral do Partido Socialista, mas é importante que o País perceba se é ou não a posição política do Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, a disciplina orçamental dos Estados-membros da União Europeia e da zona euro, em particular, é hoje uma questão que ultrapassa em muito a vertente financeira. O equilíbrio orçamental é uma componente essencial da estabilidade política e social do espaço europeu e, sobretudo, os efeitos dos desequilíbrios não só contagiam toda a Europa, especialmente as economias mais debilitadas, como desses desequilíbrios saem condicionantes fortíssimas ao crescimento económico e à criação e manutenção de emprego.

Por isso, o desafio da Europa é, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui bem disse, enorme. Conseguir aproximar a competitividade das economias dos países e conseguir enfrentar e concorrer com outros blocos mundiais são tarefas exigentes e complexas, e é preciso fazê-lo para gerar crescimento, para gerar emprego e para gerar equilíbrio social.

Hoje, estes desafios impõem que os líderes europeus revisitem, nos seus comportamentos e nas suas políticas, os fundamentos do projecto europeu. Isto é, hoje, mais do que nunca, impõe-se um verdadeiro espírito de solidariedade europeu como forma de garantir a paz, o equilíbrio social dos povos e, sobretudo, o desenvolvimento económico do nosso espaço.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Creio, Sr. Primeiro-Ministro, que as conclusões desta última Cimeira, que aqui trouxe a debate, têm de ser lidas à luz destes princípios fundadores da União Europeia.

Bem sabemos que a crise que assola a economia europeia e as dívidas soberanas dos Estados não se resolve, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui disse, com soluções mágicas. E nós, portugueses, sabemos isso melhor do que ninguém e estamos, por isso, em condições de perceber a dificuldade que é promover ajustamentos e equilíbrios em 27 Estados, com 27 governos e com 27 opiniões públicas. E um País como o nosso, que se financia hoje com base precisamente na solidariedade dos nossos parceiros europeus, não pode deixar de ser parte desse compromisso colectivo que se impõe a toda a Europa. É o nosso dever e é a nossa obrigação para com os nossos compatriotas, em primeiro lugar, mas também para com os nossos concidadãos europeus.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Acompanhamos, por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a postura do Governo português e a adesão que, em nome dos portugueses, fez a este esforço de compromisso que resultou da Cimeira. O controlo dos défices orçamentais e da dívida, a demonstração que se pede que os Estados-membros façam desse mesmo controlo e os mecanismos de estabilização que lhe estão associados são passos importantes, Sr. Primeiro-Ministro, como já ficou claro neste debate.

Por isso, nesta fase, quero deixar uma nota que ainda não foi enfatizada e que julgo que é relevante, qual seja a de anotar que é crescente a credibilidade e a confiança que o Governo português vai acumulando junto dos seus parceiros europeus e que foi também alvo das conclusões desta Cimeira. O reconhecimento que as instâncias europeias têm demonstrado do nosso esforço e da nossa capacidade é também a resposta que damos à Europa pela solidariedade que dela estamos a receber.

Sr. Primeiro-Ministro, sempre dissemos que a crise portuguesa era em primeiro lugar nossa, intrínseca à nossa governação e às políticas erradas dos últimos anos. É verdade que, à crise interna, se acrescentou uma crise externa, que agudizou a situação, dada a nossa fragilidade. E se dissemos isso em relação às causas da crise, é também com essa postura que devemos encarar as soluções para a crise. Isto é, para além de sermos parte das soluções a nível europeu ou, se quisermos, mesmo antes disso, somos responsáveis pelas soluções internas, pelas reformas que temos de empreender inevitavelmente no nosso País.

Numa palavra, Sr. Primeiro-Ministro, se, no passado, as nossas decisões internas foram as principais responsáveis pela crise, não há dúvida alguma que, no presente e no futuro, as nossas decisões internas são também as principais respostas, da nossa responsabilidade, para ultrapassarmos a crise.



**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de o ouvir também sobre algumas questões e decisões que o Governo tem promovido nas últimas semanas e que vão para além do tema principal deste debate.

Desde logo, quanto à política económica, muito se tem dito, e bem, que o Governo, ao mesmo tempo que procede ao ajustamento financeiro, deve relançar e dinamizar a economia. A tarefa é complicada, como todos sabemos, porque o financiamento das empresas é hoje de uma dificuldade extrema.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de o ouvir sobre o alcance da decisão da Comissão Europeia de enviar 600 milhões de euros para a promoção da nossa economia e do nosso emprego...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... e, naturalmente, sobre os efeitos que são esperados no tecido económico e no emprego decorrentes da aprovação da reprogramação do QREN, cujos termos correspondem, nos projectos co-financiados, a uma diminuição do esforço nacional na ordem dos 3000 milhões de euros.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, ainda no domínio do financiamento da economia, é importante saber como se vai proceder à utilização da parte da receita resultante da transferência dos fundos de pensões da banca para pagamento das dívidas do Estado aos fornecedores, que o mesmo é dizer à economia e às empresas.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Outra matéria, Sr. Primeiro-Ministro, que julgo que é relevante abordar diz respeito ao estímulo à criação de emprego e, naturalmente, às novas regras aplicadas ao subsídio de desemprego.

No que toca ao estímulo à criação de emprego, este Parlamento aprovou, finalmente, uma legislação proposta pelo Governo para prorrogar o período dos contratos de trabalho a termo por forma a impedir que as pessoas que estão nessa situação se possam ver confrontadas com desemprego. E não se trata de uma medida despicienda. Estamos a falar, mais coisa menos coisa, de 1000 pessoas que, por dia, vêm chegar ao fim o prazo dos seus contratos e que, com esta medida, vão continuar no mercado de trabalho.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Por outro lado, também é importante perceber o sentido das alterações que o Governo está a promover nas regras do subsídio de desemprego, nomeadamente as que visam proteger mais as famílias que são afectadas por esta situação e ainda as que dizem respeito à redução do prazo de garantia, facilitando o acesso a esta prestação.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, na análise das decisões políticas do Governo desde o último debate que aqui travámos até hoje, parece-me também relevante não deixar de referir a revisão curricular empreendida pelo Ministério da Educação.

Num anterior debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, registámos o facto de se ter dado às escolas um novo período de estabilidade e de o início do ano escolar ter sido acompanhado, já nessa altura, de alguma revisão a este respeito, com o aumento das cargas horárias de Português e de Matemática. Agora, esta medida de rever os currículos é também importante porque, como disse há pouco, Sr. Primeiro-Ministro, estamos numa circunstância em que é necessário fazer um ajustamento financeiro mas é sobretudo necessário acompanhá-lo com reformas verdadeiramente estruturais, que nos sustentem no futuro, que nos tirem desta crise e projectem o País para um novo ciclo de crescimento e de desenvolvimento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, por vezes, na discussão sobre a questão europeia confunde-se o que é conjuntural, e até accidental, com o que é estrutural. Não há dúvida de que não é possível sair da actual situação europeia sem atacar as causas estruturais da actual situação.

Quais são essas causas estruturais? Em primeiro lugar, o facto de termos criado, do ponto de vista institucional, uma mesma moeda, de termos, portanto, um banco central independente que não financia, por mandato, as dívidas dos Estados nem promove o resgate da dívida soberana sem que, ao lado, tivéssemos um governo económico e um tesouro europeu. Este é um problema constitucional, estrutural da construção europeia.

Seria possível, num Conselho Europeu, ultrapassar esta deficiência estrutural? Não é! Mas sabemos que vamos ter de a corrigir. Toda a gente percebeu, na véspera do Conselho Europeu, que, quando a casa está a arder, o que é importante é apagar o fogo, não é sentarmo-nos a discutir durante um ano ou dois como é que vamos reconstruir a casa. Primeiro é preciso apagar o fogo. Mas sabemos que esta casa voltará a arder se não cuidarmos de completar o exercício económico e de solidariedade permanente que falta à actual construção monetária na Europa. Isto já sabemos!

Esta é a abordagem que este Governo tem relativamente à construção europeia. Precisamos de ir mais longe, precisamos de a completar. Sabemos que esse é um processo complexo, que está longe de ser consensual na Europa, que a regra da unanimidade para fazer a alteração constitucional europeia não permite, democraticamente, que esse seja um processo simples e previsível, mas é um processo que vamos ter de empreender. Ele está sinalizado, vem sendo sinalizado praticamente em todos os comunicados do Conselho desde o Verão, mas não teve ainda uma abordagem cabal.

Segundo problema estrutural: quando a União Monetária foi construída, incluiu um conjunto de países que, nos 30 anos que antecederam a constituição da moeda única, apresentaram problemas graves de competitividade face à média dos países que entraram no euro. Não é por acaso que os países que estão hoje sob maior pressão, sob *stress* financeiro, são exactamente aqueles que exibiram inflações mais elevadas durante os 30 anos que antecederam a criação da moeda única e que mais utilizaram a desvalorização cambial para reganhar competitividade face ao centro da Europa. É o caso da Grécia, da Itália, de Espanha, de Portugal e da Irlanda.

Estes países sabiam, quando entraram no euro, que tinham de resolver um problema de flexibilidade económica e de ganho de competitividade económica se quisessem permanecer de forma estável dentro do grupo da moeda única.

De resto, houve um alerta para estes riscos no Relatório Delors, que antecedeu a decisão da criação da moeda única, que antecedeu até o Tratado de Maastricht.

A verdade é que, durante muitos anos, estas observações estruturantes não tiveram resposta consequente. Nenhum desses países fez, ao mesmo tempo, um exercício de disciplina e de ganho de competitividade adicional que lhe permitisse viver de forma sustentável numa zona monetária única. Essa é a razão por que não é só a Europa que tem responsabilidade nesta situação mas também estes países, que durante muitos anos não se prepararam de forma a ganhar competitividade económica sem ser à custa da batota da desvalorização cambial e do imposto extraordinário da inflação.

Esta é a regra que não queremos, estruturalmente, para futuro na Europa, mas a reforma estrutural depende de cada um dos Estados europeus.

É verdade que não estão todos com a mesma dimensão do problema. É verdade que ainda não há, face às medidas já apontadas, um problema de insustentabilidade da dívida, excepto no caso da Grécia, e, neste caso, para essa situação ser ultrapassada, o plano que foi inicialmente desenhado não pode deixar, mais alínea menos alínea, de ser cumprido. Mas para podermos, estruturalmente, sair deste problema e evitar um novo efeito de contágio, não basta corrigir normas em termos europeus, quer em termos preventivos, quer em termos correctivos, do que representa a necessidade de uma maior articulação, de uma maior vigilância, de uma maior coordenação económica, de forma a evitar riscos de contágio dentro da Europa.

Desse ponto de vista, essa partilha de soberania é virtuosa, a começar pelos próprios países que a promovem mas também para todos os outros que não se sentirão ameaçados pela irresponsabilidade orçamental daqueles que não adoptam as medidas que devem em tempo útil.

Desse ponto de vista, o chamado *fiscal compact*, o compacto fiscal, como foi baptizado, relativamente às medidas de disciplina orçamental mas também de governo económico na Europa não são suficientes para remover as causas estruturais. Para remover integralmente as causas estruturais é preciso que estes países que têm divergido mudem o seu modelo económico e é isso que estamos a fazer em Portugal. Se o não fizermos, se Espanha o não fizer, se a Itália o não fizer, se a Grécia o não fizer, se a Irlanda o não fizer, então, não haverá euro que possa permanecer no futuro e queremos ajudar a construir um euro forte e sustentável em nome do crescimento da economia portuguesa.

Sr. Deputado, a preocupação com o crescimento já existe. Não se deve confundir o pacote legislativo que foi adoptado na zona euro com o chamado Pacto para o Euro Mais. O Pacto para o Euro Mais é, verdadeiramente, um pacto pela coesão e pelo crescimento dentro da Europa, em que se pretende promover justamente através de diversos sectores, que se espera que sejam mais competitivos no futuro, ganhos de maior competitividade e de aprofundamento do mercado interno.

O Pacto para o Euro Mais, de resto, está na origem do relatório sobre competitividade que a própria Comissão Europeia ficou de apresentar. O que pretendemos é que as reformas estruturais que estamos a levar a cabo em Portugal defendam, portanto, uma melhor posição competitiva para Portugal e, desse ponto de vista, uma posição que ajude Portugal a voltar a crescer.

Mas, Sr. Deputado, concordo com o que disse. Não é possível fazer este caminho sem o mínimo de estabilidade financeira. Ora, desse ponto de vista é importante assinalar que a solidariedade europeia, através da chamada mutualização das dívidas, funcionou já, em certa medida, quando o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) foi criado. É esse o princípio do FEF. É essa ajuda solidária que pressupõe um certo nível de mutualização de dívidas ao nível da Europa.

Também é verdade que, apesar do mandato, o Banco Central Europeu interveio em mercados secundários, comprando dívida soberana dos países. Isto é, indirectamente, já derogámos, em parte, o princípio de não resgate financeiro que o BCE deveria preservar face aos países e, no entanto, isso foi feito em circunstâncias excepcionais. Isso já foi feito sem qualquer mudança de tratado ou de mandato.

Confio que o BCE continuará a fazer as intervenções que considere necessárias à estabilização financeira, mas o BCE acrescentou uma matéria muito mais importante do que essa, que é a estabilidade financeira para a economia que não apenas para o financiamento dos Estados.

Aí, sim, Sr. Deputado — e com isto termino —, não há dúvida de que se não atingimos dentro do processo gradualista um consenso maior, um máximo denominador comum em vez do mínimo denominado comum que saiu do último Conselho Europeu, dentro deste gradualismo europeu, o nível de responsabilidade e de consciência que está pressuposto nas decisões anunciadas pelo Banco Central Europeu é absolutamente crucial para garantir que, enquanto o Estado põe as suas contas em ordem, as empresas e os trabalhadores não serão prejudicados por falta de crédito de financiamento à economia.

Mas, Sr. Deputado, que não haja dúvidas: aqueles que pensam que é ao Estado que compete financiar a economia, aqueles que têm aversão à disciplina orçamental, aqueles que pensam que, basicamente, devemos desconfiar de toda a iniciativa dos cidadãos, da iniciativa privada, dos empresários e das empresas, esses considerarão sempre que a Europa não serve os seus interesses. Verdadeiramente, o que não têm é uma visão europeia de coesão e de responsabilidade como é aquela que devemos construir para futuro.

Mas aqueles que não têm aversão à disciplina, pelo contrário, têm aversão à indisciplina, aqueles que sabem que a boa regra honrada é a de pagar o que se deve, esses gostam que as regras constitucionais sejam claras, que os países sejam cumpridores e que não seja necessário ficar à espera de uma boa regra vinda de fora para mostrar que saberemos honrar os nossos compromissos ao mesmo tempo que prepararemos as reformas necessárias para voltar a crescer através do que é essencial: a iniciativa dos cidadãos, dos trabalhadores e das empresas em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Termina assim o debate. Desejo ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Membros do Governo bom trabalho e bom fim-de-semana.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos entrar no período regimental de votações.

Antes de mais, vamos proceder à verificação do quórum de deliberação, utilizando o cartão electrónico.

Os Srs. Deputados que, por qualquer razão, não o puderem fazer, terão de o sinalizar à Mesa e depois fazer o registo presencial, para que seja considerada a respectiva presença.

*Pausa.*

O quadro electrónico regista 212 presenças, às quais se acrescentam 5 (3 do PSD e 2 do PS), perfazendo 217 Deputados, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Srs. Deputados, vamos apreciar o voto n.º 30/XII (1.<sup>a</sup>) — De pesar pelo falecimento de Luiz Francisco Rebello (PCP).

Tem a palavra o Sr. Secretário, para proceder à leitura do voto.

O Sr. **Secretário** (Jorge Machado): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor: «No passado dia 12 de Dezembro faleceu em Lisboa, com 87 anos de idade, o advogado, dramaturgo e crítico teatral, Luiz Francisco Rebello.

Nascido em 10 de Setembro de 1924, Luiz Francisco Rebello licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e especializou-se na área dos direitos de autor.

Estreou-se como dramaturgo em 1947, com a peça *O mundo começou às 5 e 47*, a que se seguiram as peças *Fábula em um acto*, *O dia seguinte*, *Alguém terá de morrer*, *Condenados à vida*, *É urgente o amor*, *O fim da última página*, e *Os pássaros de asas cortadas*.

Traduziu e adaptou peças de autores estrangeiros, como Shakespeare, Tchekhov, Garcia Lorca, Strindberg ou Bertold Brecht. Deixou escritas mais de 1000 páginas do *Dicionário do Teatro Português*.

Em 1946, fundou e dirigiu o Teatro-Estúdio do Salitre; em 1971, foi nomeado director do Teatro São Luís, cargo de que se demitiu devido às ingerências da censura. Recebeu os Prémios de Teatro da Ex-Sociedade de Escritores, em 1964, e da Sociedade Portuguesa de Autores, em 1994.

Durante 30 anos, de 1973 a 2003, foi Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, tendo sido também Vice-Presidente da Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores.

Participante activo na luta contra a ditadura, Luiz Francisco Rebello assumiu um papel relevante na democracia portuguesa pelo seu empenhamento cívico e político em defesa da cultura e dos valores democráticos.

Em 1992, foi co-fundador da Frente Nacional para a Defesa da Cultura, com José Saramago, Manuel da Fonseca, Natália Correia, Urbano Tavares Rodrigues e outras personalidades da vida literária portuguesa.

Entre 1983 e 1985, Luís Francisco Rebello exerceu o mandato de Deputado à Assembleia da República, integrando, como independente, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Foi distinguido com a Ordem do Infante Dom Henrique, em 1985, com as Insígnias de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito pelo governo francês, em 1991, e com a Ordem de Mérito, em 1995.

Reunida em Plenário, em 16 de Dezembro de 2011, a Assembleia da República manifesta o seu pesar pelo falecimento de Luís Francisco Rebello e expressa aos seus familiares e amigos sentidas condolências».

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Srs. Deputados, estão em discussão conjunta os votos n.ºs 31/XII (1.ª) — De saudação pela passagem do 35.º aniversário das primeiras eleições autárquicas (PCP) e 32/XII (1.ª) — De saudação pelo 35.º aniversário das eleições autárquicas de 1976 (PS), para o que cada grupo parlamentar dispõe de 2 minutos.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: O PCP traz hoje à Assembleia da República um voto de saudação pelos 35 anos das primeiras eleições autárquicas.

Trazemos este voto pela importante conquista que o poder local democrático constitui na Revolução de Abril, pelo contributo inestimável do poder local democrático na melhoria das condições de vida das populações e no desenvolvimento local, pela natureza progressista e avançada do poder local democrático, consagrada na nossa Constituição, pela sua autonomia administrativa e financeira, pela sua pluralidade, colegialidade e representatividade, e pela defesa dos interesses das populações.

Relativamente ao voto que o PS aqui apresentou, apesar de valorizar a intervenção do poder local democrático, ele não faz uma única referência à actual situação, contribuindo assim para o branqueamento do ataque ao poder local democrático dirigido pelo Governo.

Exactamente quando se assinala este momento importante do nosso regime democrático, o Governo PSD/CDS-PP enceta um brutal ataque ao poder local. De facto, as propostas que constam do *Documento Verde* não pretendem maior eficiência, maior democraticidade, nem maior proximidade às populações, como tem sido amplamente difundido.

Mais do que aspectos economicistas, essas propostas visam o desmantelamento do poder local democrático, querem que os executivos municipais deixem de ser eleitos directamente pelas populações, reduzem o número de vereadores e extinguem freguesias, o que levará à redução da pluralidade e da colegialidade, e ao aumento da opacidade, afastando o poder local das populações.

Enfim, o que está em marcha é um plano de liquidação da autonomia, tratando as autarquias como serviços desconcentrados da Administração Central, atacando o regime democrático e fazendo tábua rasa da nossa Constituição.

Assim, o que verdadeiramente pretendem é impor ao poder local um caminho contrário à vontade das populações e dos órgãos autárquicos. Rejeitamos este caminho e rejeitamos o *Documento Verde*!

O PCP defende o aprofundamento dos princípios constitucionais; assim sendo, entende que a Assembleia da República deve pronunciar-se pela defesa e pelo reforço do poder local democrático e rejeitar todas as acções que violem os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.ª **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O poder local surge como uma das principais conquistas de Abril.

Com efeito, foi graças ao poder local, que foi um dos principais motores, que se permitiu que muitos dos nossos concelhos tivessem um elevado grau de desenvolvimento e de progresso.

De norte a sul do País e, em especial — permitam-me que o lembre —, no interior, o poder local e a governação de proximidade foram garantia de promoção da melhoria das condições de vida das populações.

Terminado um ciclo que leva 35 anos e em que, praticamente, foram concluídas todas as infra-estruturas necessárias, novos desafios se levantam ao poder local, desde logo, na qualificação e na reorganização do território, na coesão económica e social, que se devem promover nas diferentes autarquias, e no reforço de competências que terá de ser dado a essas mesmas autarquias para o aprofundamento da democracia local.

É pelo balanço extremamente positivo de 35 anos de poder local que o PS e o seu Grupo Parlamentar trazem a esta Câmara um voto de saudação pelo 35.º aniversário das primeiras eleições autárquicas, reconhecendo o papel decisivo do poder local democrático em prol do desenvolvimento económico e social do nosso País, traduzido numa melhoria efectiva das condições de vida das populações, mas saudando também todos os autarcas e as suas organizações representativas pelo precioso e abnegado contributo que têm dado no âmbito do governo local em favor das populações que representam.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O BE associa-se a esta celebração dos 35 anos do poder local democrático. Fazemo-lo com a convicção de quem reconhece o papel das autarquias e do poder local na consolidação da democracia portuguesa, no desenvolvimento local e também na resolução de problemas básicos da vida e das condições de vida das populações.

Este sucesso não faz esquecer algumas tendências negativas que se registaram, muitas delas fruto da forma como autarcas do PS e do PSD, os partidos que, praticamente ao logo destes 35 anos, hegemonizaram o poder local democrático, tendências negativas que não queremos esquecer, nem deixar de registar: presidencialização excessiva, multiplicação de empresas municipais, prioridade, em muitos casos, a obras de fachada em detrimento de obras muito mais essenciais para as populações e, enfim, tendências, como todos sabemos, infelizmente, no domínio da corrupção.

Apesar de tudo, quero repetir, estas tendências negativas, estes traços negativos, não nos fazem esquecer aquilo que de fundamental foram estes 35 anos do poder local da democracia.

É oportuno chamar a atenção para que todas estas tendências não serão resolvidas pela chamada reforma que o Governo tem em curso no domínio da organização do território; pelo contrário, muitas delas serão acentuadas fruto da extinção forçada das freguesias e também das alterações que o PSD e o CDS-PP, em alguns casos com o apoio equívoco do PS, pretendem fazer no domínio das leis eleitorais e da composição dos futuros órgãos autárquicos. Mais presidencialização, menos democracia, menos proximidade, menos participação — nada disto convém nem é benéfico para o poder local!

Seguramente, neste debate, PSD e CDS associar-se-ão a esta homenagem singela que hoje o Parlamento presta aos autarcas e ao poder local no final destes 35 anos, mas é bom lembrar que é o Governo do PSD e do CDS que, com a sua política, asfixia e cria mais dificuldades ao exercício das actividades do poder local.

Queria terminar lembrando o significado, o impacto negativo que tem o aumento das tarifas da electricidade para a esmagadora maioria dos municípios desde País, que é quem, pelas suas próprias competências, ilumina a vida das populações locais — e isso é um prejuízo inestimável, gravíssimo, a que o PSD e o CDS ficarão para todo o sempre associados!

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a esta saudação ao poder local democrático, que comemora agora 35 anos. Fizemo-lo, aliás, na semana passada com uma declaração política em que analisámos o actual momento de reforma que este poder local democrático está a ter.

Queremos dizer que, de facto, a autonomia local é uma das mais brilhantes conquistas deste regime, uma das apostas ganhas deste regime: uma aposta ganha em desenvolvimento, uma aposta ganha em qualidade de vida das populações e uma aposta ganha, sobretudo, em democracia e em liberdade local!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O Grupo Parlamentar do PSD quer também saudar todos os autarcas portugueses, os trabalhadores das autarquias locais e expressar e renovar a ideia de que o poder local após 35 anos concluiu uma etapa brilhante do nosso regime, mas agora é tempo de mudança.

Sobre esta mudança, nestes votos de saudação que agora debatemos — o do PS e o do PCP —, não poderia existir uma visão mais divergente sobre aquilo que é a autonomia local em Portugal.

Temos, em primeiro lugar, um voto do PCP, um suposto voto de saudação, que nada mais é do que um voto de resignação,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não diga disparates!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — ... que é, ao mesmo tempo, uma negação e uma recusa à evolução dos conceitos e das instituições que fazem parte do poder local português.

*Aplausos do PSD.*

Por outro lado, o texto do voto do PCP nega, em praticamente todos os parágrafos, aquilo que concerne ao conceito de autonomia local que está plasmado na nossa Constituição.

É uma visão imobilista, é uma visão enclausurada e, por isso, o PSD rejeita este voto de saudação que nada mais é, repito, do que um voto de resignação de um partido que não consegue evoluir e que não quer que nada à sua volta evolua também.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O senhor é que tem evoluído muito... Está sempre a dizer o mesmo!...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Ao contrário, o voto de saudação do PS é um verdadeiro voto de aplauso pelo poder local democrático, equilibrado, proporcionado e ao qual o PSD se associa na esperança também de que aquilo que está plasmado neste voto de saudação, apresentado pelo PS, seja o começo de uma nova etapa profícua no poder local democrático.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Hoje, comemoram-se os 35 anos do poder local e das primeiras eleições autárquicas.

*Protestos do PCP.*

Comemoram-se hoje, aqui, porque é hoje que estamos aqui a apreciar estes votos. Se o Sr. Deputado Honório Novo estava preocupado com a data, podia ter apresentado a matéria no dia 12. De qualquer forma, penso que isso não é relevante e do que estamos aqui a tratar é de felicitar o poder local e todos os autarcas que, ao longo destes 35 anos, quer ao nível das câmaras municipais, quer ao nível das assembleias municipais, quer ao nível das assembleias e juntas de freguesia deram o seu contributo para aquilo que foi a evolução deste Portugal e o combate de algumas assimetrias, principalmente no interior.

Mas queremos também saudar todos os funcionários destas autarquias que, de igual modo, têm contribuído, com o seu empenho e o seu trabalho, para a procura de melhores soluções para as populações.

Exactamente porque se passaram 35 anos é que a realidade actual é diferente da realidade de há 35 anos. E o poder local, hoje, necessita, claramente, de uma reforma. É isto que o Governo está a fazer, quando apresenta para debate um documento aberto, o chamado *Documento Verde da Reforma da Administração Local*.

O Partido Socialista esquece aquilo que este poder local também tem de negativo e a forma como evoluiu. Esquece os 7900 milhões de euros de dívida do poder local, esquece as empresas municipais que foram criadas, como cogumelos — são, hoje, quase 400 empresas municipais, com um endividamento de 2400 milhões de euros, com 14 000 funcionários e mais de 2000 administradores!... Esta realidade não pode ser escamoteada, temos de encará-la e, por isso, esta é uma das grandes reformas que este Governo vai levar a cabo.

O Partido Socialista apresenta-nos este voto de saudação, ao qual o Bloco de Esquerda apelida de «apoio inequívoco ao Governo» e o Partido Comunista classifica como um «branqueamento da reforma que o

Governo está a levar a cabo», mas é pena que assim não seja totalmente, em primeiro lugar, porque o Partido Socialista devia assumir, claramente, essa responsabilidade, até como partido que assinou o acordo para esta reforma com as instâncias europeias. Mas nós temos a expectativa de que o Partido Socialista, perante o *Documento Verde*,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — ... nos apresente soluções e nos traga as suas ideias claras quanto aos quatro eixos da reforma do poder local e a este *Documento*, porque até hoje ainda não tivemos uma posição clara relativamente a esta matéria.

*Aplausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os Verdes associam-se, naturalmente, ao voto de saudação pela passagem do 35.<sup>o</sup> aniversário das primeiras eleições autárquicas em Portugal.

Ao longo destes 35 anos, consideramos que, de facto, as autarquias locais desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Ao poder local muito se deve, pelo menos no que diz respeito a um dos três «D» que estão associados à Revolução de Abril: é o «D» de desenvolvimento do nosso País!

O poder local democrático também tem contribuído muito para o aprofundamento da nossa democracia, sobretudo da democracia participativa, mas principalmente no que diz respeito à resolução dos problemas das populações.

E, apesar do reconhecimento, que é unânime, do trabalho das autarquias locais e do contributo que deram para o desenvolvimento do País, temos de lamentar, de facto, os «ataques de secretaria», pela via legislativa, de que o poder local tem sido alvo e que, curiosamente, são esquecidos no voto apresentado pelo Partido Socialista...

Estou a falar de pretensões com alguns anos, como as pretensões de colocar executivos «monocores» à frente das autarquias locais, por via legislativa, contrariando a vontade das populações, ou seja, atribuindo maiorias quando as populações as não quiseram dar, e diminuindo o poder das oposições quando as populações não quiseram diminuir esse papel, mas também pretensões de agora, como aquela que o Governo visa com a nova divisão administrativa do País e a extinção de muitas freguesias.

Por fim, quero saudar, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», todos os autarcas do País, pelo contributo que têm dado para o desenvolvimento local, para a resolução dos problemas das populações e também para o aprofundamento da nossa democracia e da democracia participativa.

*Aplausos de Os Verdes e do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar, em primeiro lugar, o voto n.º 31/XII (1.<sup>a</sup>) — De saudação pela passagem do 35.<sup>o</sup> aniversário das primeiras eleições autárquicas (PCP).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.*

*Era o seguinte:*

A 12 de Dezembro assinalaram-se os 35 anos das primeiras eleições autárquicas, um momento inigualável decorrente da conquista do poder local democrático na Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República Portuguesa. O poder local democrático é expressão da vontade popular e constitui uma das mais progressistas e avançadas conquistas do povo português.



Assente nos princípios da autonomia administrativa e financeira, com um quadro de património e finanças próprias, plural e colegial, representativo dos interesses das populações, o poder local democrático contribuiu decisivamente para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida das populações, através do investimento em infra-estruturas e em equipamentos educativos, culturais, desportivos e de índole ambiental, e na diversidade das respostas às necessidades das populações.

No entanto, o Governo, a pretexto da redução da dívida, enceta um brutal ataque ao poder local democrático, numa clara tentativa de responsabilização das autarquias pela situação em que se encontra o País. Não são apenas os aspectos economicistas que norteiam as propostas do Governo; estas visam objectivos mais profundos, de ataque ao poder local democrático e de empobrecimento do próprio regime democrático.

O que está em causa é a liquidação da autonomia administrativa e financeira, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a degradação dos serviços públicos, para os entregar a entidades privadas, ou seja, um ajuste de contas com o poder local tal como foi configurado pela Revolução de Abril.

O *Documento Verde para a Reforma da Administração Local*, a concretizar-se, conduzirá a um recuo civilizacional na vida democrática local: à alteração do sistema eleitoral para as câmaras municipais, deixando de ser eleitas directamente pelas populações; à redução do número de vereadores; ao esvaziamento de competências dos municípios, concentrando-as nas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas; à extinção das freguesias; à criação de um poder absoluto a nível local; ao aumento da opacidade, ao fim da pluralidade, da colegialidade e da representatividade dos órgãos executivos municipais; reduzirá o controlo democrático e afastará as populações do poder local, com reflexos mais gravosos nas zonas de interior, onde os serviços públicos foram progressivamente encerrados, contribuindo para a desertificação do interior do País.

O reforço do poder local democrático passa pelo respeito dos princípios constitucionais, pelo aprofundamento do regime democrático, pelo fortalecimento da autonomia local, pela justa repartição dos recursos públicos entre a administração central e a administração local, dotando-as dos meios de intervenção adequados para o pleno cumprimento das suas competências e para dar resposta às populações.

A Assembleia da República saúda o 35.º aniversário das primeiras eleições autárquicas livres e democráticas, reconhece o contributo do poder local democrático no desenvolvimento do País e na melhoria da qualidade de vida das populações, e, assumindo a sua defesa e o seu reforço, rejeita todas as acções ou omissões que violem os seus princípios conformadores, consagrados na Constituição da República Portuguesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Vamos agora votar o voto n.º 32/XII (1.<sup>a</sup>) — De saudação pelo 35.º aniversário das eleições autárquicas de 1976 (PS).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PCP.*

*É o seguinte:*

O poder local surge como uma das maiores realizações do processo de consolidação da democracia em Portugal e é a este propósito que o Partido Socialista entende fundamental saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas em 12 de Dezembro de 1976, dois anos após a Revolução de Abril.

As primeiras eleições autárquicas foram, provavelmente, o primeiro grande desafio do poder local, e o ponto de partida para o estabelecimento e a consolidação de um modelo de democracia, de autonomia e de responsabilização das populações e dos políticos que as representam.

Os últimos 35 anos do exercício da democracia participativa, de afirmação de uma administração política e pública dotada de legitimidade democrática e com a confiança dos cidadãos permitiu a resolução dos problemas por quem está mais próximo, e foi por isso que, nas últimas décadas, o poder local dirigiu a sua acção para uma primeira geração de desafios, que passaram pelo abastecimento de água às populações, pelo tratamento de resíduos, pela criação de acessibilidades e o alargamento do nível de acesso ao ensino — foram estas as prioridades relacionadas com a infra-estruturação básica hoje largamente superadas.

Com efeito, o poder local tem sido um dos principais motores de desenvolvimento e de progresso do nosso País. De norte a sul, o poder local e a governação de proximidade têm sido garantia da promoção da melhoria das condições de vida das populações e das autarquias locais.

Apesar das limitações legais e financeiras que todos reconhecem, as autarquias locais têm constituído um factor de sucesso da nossa vida em democracia. Se nos últimos 35 anos temos assistido a um progressivo distanciamento entre os eleitores e os eleitos, esta realidade não se aplica às autarquias locais. A governação local, a proximidade com as populações e a resposta adequada aos problemas dos cidadãos fazem desta relação directa entre autarca e cidadão o modelo de governação política mais adequado e que, por isso, importa valorizar e aprofundar, conferindo ao poder local mais e melhores meios e mais competências para poder responder às exigências deste novo século.

Ao poder local coloca-se hoje outro tipo de desafios e exigências, que passam pela competitividade e pela qualificação territorial, constituindo a modernização e a simplificação administrativas, a reorganização territorial, a coesão económica e social, o reforço de competências, o aprofundamento da qualidade da democracia local, a promoção da participação dos cidadãos nos processos de decisão e, muito especialmente, uma nova e actualizada lei eleitoral autárquica eixos decisivos de uma reforma que responda às exigências dos nossos dias.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera:

1 — Saudar o 35.º Aniversário das primeiras eleições autárquicas, reconhecendo o papel decisivo do poder local democrático em prol do desenvolvimento económico e social do nosso País, traduzido numa melhoria efectiva das condições de vida das populações; e

2 — Saudar todos os autarcas, e as suas organizações representativas, pelo precioso e abnegado contributo que têm dado no âmbito do governo local, em favor das populações que representam.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr.ª Presidente, peço desculpa, permite-me o uso da palavra?

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr.ª Presidente, agora que entramos na ordem normal das votações, depois dos votos, quero apenas solicitar à Mesa que seja submetido a votação um requerimento oral do PSD, no sentido de diminuir o prazo de reclamação, de três dias para um dia, da lei de Orçamento do Estado para 2012, cuja redacção final foi hoje concluída pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

A Sr.ª **Presidente**: — Srs. Deputados, o requerimento oral do Sr. Deputado Luís Menezes está já identificado pelas suas próprias palavras, pelo que vamos passar, de imediato, à sua votação.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

Vamos, agora, votar um requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação na generalidade, por um prazo de 30 dias, do projecto de lei n.º 94/XII (1.ª) — Regula o direito de associação na Guarda Nacional Republicana (PCP).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, a aprovação deste requerimento prejudica a votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 94/XII (1.ª).

Passamos à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 84/XII (1.ª) — Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos agora votar, também na generalidade, o projecto de lei n.º 91/XII (1.ª) — Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro) (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.*

Vamos votar, ainda na generalidade, o projecto de lei n.º 77/XII (1.ª) — Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas (PCP).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Passamos à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 83/XII (1.ª) — Concurso de ingresso e mobilidade de professores (PCP).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos agora votar o projecto de resolução n.º 139/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que promova a estabilidade e a qualificação do corpo docente nas escolas (PS).

Entretanto, o PSD requereu à Mesa que os números deste projecto de resolução fossem votados separadamente, mas gostaria que clarificassem se são todos os números...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr.ª Presidente, podemos votar conjuntamente os n.ºs 1 e 3.

A Sr.ª **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Vamos, então, votar, em primeiro lugar, os n.ºs 1 e 3, conjuntamente, e depois o n.º 2.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.ª Presidente, peço desculpa, mas, como não sabíamos desta solicitação do PSD, agora, temos de consultar os referidos números.

A Sr.ª **Presidente**: — Terá o tempo necessário para esse efeito, Sr. Deputado.

*Pausa.*

O Sr. Deputado Bernardino Soares indicou à Mesa que já podemos prosseguir com a votação, pelo que vamos então votar, em conjunto, os n.ºs 1 e 3 do projecto de resolução n.º 139/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que promova a estabilidade e a qualificação do corpo docente nas escolas (PS).

*Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PCP.*

Vamos, agora, votar o n.º 2 do mesmo projecto de resolução.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 81/XII (1.ª) — Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, alterado pela Lei n.º 19/2010, de 23 de Agosto, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em co-geração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro (PS).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CDS-PP e do PCP, votos a favor do PS e abstenções do BE e de Os Verdes.*

Passamos a votar, também na generalidade, o projecto de lei n.º 107/XII (1.ª) — Cria a obrigação de autoconsumo da energia produzida pelo co-gerador, podendo apenas ser vendida à rede a energia excedente não consumida (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março) (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CDS-PP e do PCP, votos a favor do BE e abstenções do PS e de Os Verdes.*

De seguida, vamos votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 34/XII (1.ª) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções dos Deputados do PS Manuel Pizarro e Marcos Perestrello.*

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.ª Presidente, quero apenas informar que apresentarei uma declaração de voto por escrito.

A Sr.ª **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 104/XII (1.ª) — Revoga o Código Florestal (PSD e CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP, do BE e de Os Verdes e votos contra do PS.*

O presente projecto de lei baixa à 7.ª Comissão.

A Sr.ª **Odete João** (PS): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Odete João** (PS): — Sr.ª Presidente, pretendo anunciar que o PS apresentará uma declaração de voto por escrito sobre o projecto de lei que acaba de ser votado.

A Sr.ª **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Passamos a votar, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o projecto de lei n.º 109/XII (1.ª) — Procede à oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o PSD solicita que o projecto de lei que acabou de ser votado fique dispensado de redacção final e que haja uma diminuição do prazo de reclamação de três dias para um dia.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, assim sendo, vou pôr à votação o requerimento do PSD pedindo que haja dispensa de redacção final e diminuição do prazo de reclamação de três dias para um dia relativamente ao projecto de lei n.º 109/XII (1.<sup>a</sup>).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos votar o projecto de resolução n.º 130/XII (1.<sup>a</sup>) — Quarta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de Agosto (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos Deputados) (PSD, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos a votar o projecto de resolução n.º 136/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo que estabeleça um novo prazo de candidatura às bolsas de acção social escolar no ensino superior (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos proceder à votação do projecto de resolução n.º 74/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de diligências diplomáticas tendentes à consagração do Dia Mundial em Memória das Vítimas do Terrorismo (CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.*

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero anunciar que sobre esta última votação entregaremos uma declaração de voto por escrito.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à proposta de lei n.º 23/XII (1.<sup>a</sup>) — Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e de Os Verdes e a abstenção do BE.*

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo ao projecto de lei n.º 23/XII (1.ª) — Altera o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude (PSD, PS e CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e de Os Verdes e a abstenção do BE.*

Finalmente, Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de três pareceres da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, a cuja votação também iremos proceder.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, a pedido das 7.ª e 8.ª Varas Criminais de Lisboa, processo n.º 15104/03.0TDLSB, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Soares (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

A Sr.ª **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, a solicitação das 7.ª e 8.ª Varas Criminais de Lisboa, no âmbito do processo 15104/03.0TDLSB, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

A Sr.ª **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, a pedido do Supremo Tribunal de Justiça, 3.ª Secção, no âmbito do processo n.º 36/11.6YJLSB, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Rebelo (CDS-PP) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

A Sr.ª **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, por hoje estão concluídos os nossos trabalhos, desejando a todos os Srs. Deputados um óptimo fim-de-semana.

A próxima sessão plenária realizar-se-á na quarta-feira, dia 21, pelas 15 horas, e terá a seguinte ordem do dia: declarações políticas; apreciação do Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de Novembro, que sujeita os lanços e sublanços das auto-estradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores [apreciação parlamentar n.º 5/XII (1.ª) (PCP)]; debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 31/XII (1.ª) — Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (BE); apreciação do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro, que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios [apreciação parlamentar n.º 6/XII (1.ª) (PCP)]; e discussão de um projecto de lei, apresentado pelo PSD e CDS-PP, relativo à alteração à Lei-Quadro da CADA.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 47 minutos.*

*Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Social Democrata (PSD)

João Bosco Soares Mota Amaral

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Filipe Batista de Matos Marques

Partido Socialista (PS)

Ana Maria Teodoro Jorge

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal

Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto

*Deputados que faltaram à verificação do quórum de deliberação (n.º 29 da Resolução n.º 77/2003, de 11 de Outubro):*

Partido Socialista (PS)

Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.